

Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões de nove de dezembro 2024

--- Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, na vila de Vouzela, no Auditório Municipal, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Período de Antes da Ordem do Dia-----

----- 1. Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 29/04/2024;-----

----- Período da Ordem do Dia-----

----- 1. Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM, entre o dia 30 de abril e o dia 15 de novembro de 2024, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 2. Análise, discussão e votação da 2.ª revisão orçamental, do exercício económico de 2024, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões;-----

----- 3. Análise, discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2025, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea c) do nº 1 do artigo 23º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões;-----

----- 4. Análise, discussão e votação da proposta de Orçamento e Plano de Atividades para o exercício económico de 2025, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões;-----

----- 5. Análise, discussão e votação da proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no exercício de 2025, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;-----

----- 6. Análise, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual relativo ao procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para implementação de um Centro Interpretativo no âmbito do projeto “MEG: Rota de Megalitismo da Região de Viseu Dão Lafões e Sever do Vouga” (CPub_04/2024), nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e regulamentada através do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;-----

----- 7. Análise, discussão e ratificação, nos termos do artigo 164º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), da autorização da despesa relativa à abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de Serviços para Conceção, Produção, Acompanhamento, Montagem e Desmontagem do Stand da CIM Viseu Dão Lafões para a BTL 2025”, para efeitos do disposto no

artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 8. Análise, discussão e ratificação, nos termos do artigo 164º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), da autorização da despesa relativa à abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de Sistema de Monitorização da População Idosa Isolada”, no âmbito da iniciativa de financiamento “TD C19-i01.01 - Desenvolvimento de Casos de Uso com Utilização de 5G” do PRR, para efeitos do disposto no artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 9. Listagem dos compromissos plurianuais assumidos, entre o dia 13 de abril e 15 de novembro de 2024, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

--- Intervenção do Público -----

--- Realizada a chamada às dezasseis horas e trinta minutos, verificou-se a falta dos seguintes Deputados: Ricardo Jorge da Costa Guerra, Sandra Cristina Oliveira Cortês, Joana Raquel Guerra do Couto Sevivas, António de Oliveira Giroto, Ana Carla de Figueiredo Luzio, Augusto Duarte Oliveira Borges da Silva, Luís Miguel do Carmo Ferreira Veiga da Costa, Marta Susana Alves Palrinhas, Sérgio Girão de Almeida Santos, Alfredo de Jesus Cabral e João Paulo Loureiro Rebelo.

--- Verificando-se a existência de “quórum”, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, Cilene Gomes Lindinho, declarou aberta a Assembleia. -----

--- A Senhora Presidente informou que por impossibilidade do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal de comparecer à reunião, estava representado pelo Senhor Vice-Presidente, Vítor Oliveira e pelo Secretário Executivo, Nuno Martinho. -----

--- Período de Antes da Ordem do Dia -----

--- **Quanto ao primeiro ponto do período de antes da ordem do Dia – Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 29/04/2024** -----

--- Em face da ausência de inscrições, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 35 deputados presentes. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **José Alberto Tavares**, cuja intervenção se transcreve: “Venho aqui expor dois assuntos. O primeiro tem a ver com o que se passou no último verão, concretamente em setembro, em que a nossa região foi devastada por uma

calamidade, que me preocupa a mim e deve preocupar toda esta região. Numa semana, hectares e hectares de floresta do nosso território foram devastados pelos incêndios e a mim o que me inquieta neste momento é saber aquilo que devemos fazer amanhã. Para tanto, em primeiro lugar parece-me que devia haver um debate, no âmbito da CIM, e sugiro, é apenas uma sugestão, que sejam ouvidos os técnicos florestais, proteção civil, GNR, bombeiros, etc., sob a alçada desta CIM, a qual tem feito um trabalho louvável ao longo destes anos na área das florestas. Após esse debate com os intervenientes que acabei de enumerar, seria então a vez de os responsáveis políticos ponderarem e decidirem de forma correta, em termos técnicos. -----

--- O que se passou em setembro último foi mau demais e não interessa saber quem foram os culpados, mas importa sim apurar as causas, ouvir as diversas entidades com competências na matéria e atuar em conformidade, assegurando um futuro mais equilibrado e harmonioso. E, quando penso no futuro, é com o propósito de que não caiamos no esquecimento, de que saibamos preservar esse valioso património da nossa região, repensando a floresta de forma a defendê-la e torná-la sustentável. Para tanto, estou convencido que não faltará o apoio do Governo, que inclui representantes da nossa região com provas dadas e que, com certeza, terão uma palavra importante a dizer, em articulação com os técnicos qualificados, para que não se repita tal calamidade. -----

--- O outro assunto desta minha intervenção tem a ver com a candidatura, há três ou quatro atrás, à aquisição de veículos de apoio aos centros de saúde ou hospitais. Até ao momento ainda não vi essas carrinhas e queria saber o ponto da situação”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Mário Pereira**, cuja intervenção se transcreve: “Estando aqui em Vouzela, não poderia deixar de vir aqui, até porque sou natural deste concelho e, portanto, teria que vir aqui”. -----

--- Eu vou mais uma vez voltar aqui à questão dos transportes públicos porque ouvi anunciar uma série de medidas e pesquisando assim muito rapidamente, encontrei uma coisa que se chama *Passe Circula.pt*, que permite uma redução de custo para desempregados de longa duração e cidadãos com capacidade igual ou superior a sessenta por cento, passes gratuitos para todos os jovens até vinte e três anos, e a minha pergunta é no sentido de saber se no âmbito da CIM esses passes já estão disponíveis, pois até agora não tenho visto isto muito falado na comunicação social local, que é aliás a que chega às pessoas que usam os transportes públicos.

--- E a outra medida que tenho ouvido muito anunciada é o *Passe Ferroviário Verde*, sobre o qual se diz no site da CP o seguinte *O Passe Ferroviário Verde é um título de transporte válido na CP para os residentes em Portugal, que pode ser adquirido em qualquer dia do mês, com a*

Assembleia Intermunicipal

validade de trinta dias consecutivos e que tem um custo mensal de vinte euros. Os serviços disponíveis são intercidades, regional e inter-regional, comboios urbanos de Lisboa, comboios urbanos do Porto, comboios urbanos de Coimbra.-----

--- A essência deste passe nestes termos exige que apresente aqui uma moção do seguinte teor:

--- *Considerando que:*-----

--- *O Passe Ferroviário Verde é um instrumento que tem uma natureza discriminatória, pois não está acessível aos residentes no interior do país, nomeadamente a quem vive na área da CIM Viseu Dão Lafões.*-----

--- *Para que os benefícios deste passe fossem equiparados seria necessário que houvesse um passe, com um custo de 20 euros, por mês, que nos permitisse utilizar todos os transportes locais e os autocarros expresso.*-----

--- *Com desconto sénior, paguei por um bilhete de expresso de Oliveira de Frades para Lisboa 18€ e vou pagar mais 18 para regressar.*-----

--- *Um passe de Vouzela para uma das aldeias do concelho custa no mínimo 33€.*-----

--- *Assim, a Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões aqui reunida, exige ao governo a generalização desta medida a todos os utilizadores de transportes públicos e faz sentir ao Senhor Primeiro-Ministro e ao Senhor Presidente da República, que promulgou a medida, o nosso profundo protesto por mais esta medida discriminatória de quem reside no interior e queremos pedir ao Tribunal Constitucional que analise a constitucionalidade desta situação.*-----

--- *Eu não incluo na moção, mas apetecia-me, um voto de censura, mas gostaria de registar aqui também que não ouvi nenhum deputado do distrito, nem dos outros distritos do interior, levantar a voz para criticar esta situação. Eu deixo aqui um apelo aos nossos deputados que estejam atentos a esta e a outras situações, que prejudicam os mais pobres do interior e façam o que devem fazer para as evitar.*-----

--- *Além deste ponto, aproveito também para deixar algumas notas sobre áreas em que a CIM tem vindo a ter alguma intervenção, uma delas são as florestas. Todas as medidas, incluindo as propostas pelo Governo, não atacam a raiz do problema e não evitam os grandes incêndios. Nós temos dois problemas fundamentais, um é o tamanho da propriedade que não permite a racionalidade económica. Parece-me chegada a altura de o Estado ter uma intervenção de fundo, que passaria pela tomada de posse dos terrenos que não fossem registados no BUPI e de seguida proceder à sua venda de modo a permitir a criação de propriedades com dimensão adequada. É uma solução muito melhor do que ver as Câmaras tomarem posse administrativa e substituírem-se aos proprietários.*-----

Assembleia Intermunicipal



--- A continuidade das manchas florestais é outro enorme problema, só a título de exemplo, eu no outro dia fiz uma viagem daqui, São João do Monte até Águeda e até ao Luso, e não há cem metros, ou dez metros, sem que os eucaliptos não toquem quase uns nos outros, isto é só para terem uma ideia da dimensão da continuidade. A minha proposta é que as Câmaras comprem terrenos ao longo das estradas e das linhas de alta tensão, nos quais não seja permitido o crescimento de pinheiros ou eucaliptos. Estas faixas de terreno deveriam ter a largura suficiente para quebrar o ímpeto do fogo, entre cinquenta e cem metros, que poderiam, por acréscimo, contribuir para a regeneração das espécies cinegéticas. -----

--- Pagando terrenos a um euro o metro quadrado, cem milhões de euros seriam suficientes para criar dois mil de quilómetros de faixas com largura de cinquenta metros, ou permitiria criar uma enorme rede de diques, perto de cento e cinquenta quilómetros em cada concelho. -----

--- O turismo também é outra das bandeiras da CIM, e tem vindo a fazer um bom trabalho, mas para que possa ter sucesso nesta tarefa, convém alertar os empresários do setor que não podem querer comer os ovos e a galinha ao mesmo tempo, pois os preços em muitos restaurantes e hotéis da região são estupidamente altos e se há coisa que os turistas que têm dinheiro gostam de fazer são contas. Hoje, e falo por experiência própria, é possível comer mais barato em restaurantes equivalentes em países como Itália, Áustria ou França, do que na nossa região. Eu poderia aceitar estes preços se o setor pagasse salários de dois mil euros, mas não é aceitável quererem cobrar preços máximos de países ricos e depois queixarem-se que o salário mínimo é demasiado. Isto vai comprometer o turismo da região a muito curto prazo, porque vão ter problemas em atrair turistas e em reter trabalhadores. -----

--- Uma nota final para os javalis, que são hoje um grande problema para os agricultores, sobretudo os pequenos, nomeadamente em Vouzela, que estão a abandonar a atividade porque os riscos de as culturas serem destruídas pelos javalis, é neste momento, quase de cem por cento. A isto acresce os riscos de acidentes rodoviários, eu próprio já tive um acidente com sérios danos materiais. A CIM deveria exigir ao ICNF um plano de controlo desta população que não seja apenas o lançamento de lobo, pois é evidente que estes vão preferir cordeirinhos de pele macia, aos javalis cuja carapaça além de áspera tem muitas carraças”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Pedro Alves**, cuja intervenção se transcreve: “Efetivamente tenho de concordar com a injustiça que possa causar esta medida, que não causa apenas aqui, causa em todas as localidades onde não haja comboio, felizmente não são todas as localidades e concelhos da região de Viseu Dão Lafões que não têm comboio, ou seja, tudo que é Mangualde, Nelas, Santa Comba Dão, pelo menos essas têm acesso ao comboio que passa

Assembleia Intermunicipal

pelo território, só por aí a factualidade da proposta não é correta, não é, também, precisa na sua abrangência, no entanto, deixar aqui que não poderemos acompanhar na totalidade a proposta que aqui é feita, primeiro porque não é concreta e porque são coisas muito específicas e o facto de hoje a CIM ser uma Autoridade de Transportes, também faz a sua gestão dos transportes e faz em função do seu custo/benefício. O acesso ao comboio não tem nada a ver com acesso a transportes públicos generalizados, tem a ver com o facto de também ter aqui uma medida ambiental e eu gostaria mais de ver aqui acentuado, uma vez também que o Senhor Deputado não deve ter andado atento, o facto de o Governo ter conseguido na Semana Ibérica, colocar a ligação ferroviária Aveiro-Viseu – Salamanca como a prioridade para a próxima construção e aí sim, passaremos também a ter acesso à ferrovia e atravessará de outra forma o território e em Vouzela vai poder ter acesso, a partir daí, também a ferrovia. Gostaríamos de ver aqui a lutarmos pela ferrovia para podermos usar o passe dos vinte euros, contudo, não deixa de ser oportuna a intervenção de queremos ter pelo menos o acesso à ferrovia de outra forma, ou seja, podermos nós deslocarmos à ferrovia em condições diferentes e parece-me uma ideia interessante, mas já há também um conjunto de modalidades ao nível dos transportes da CIM, nomeadamente o transporte a pedido, que nos permitirá, se calhar, ultrapassar esta questão de outro modo. -----

--- Por outro lado, também, é bom lembrar que recentemente o Governo anunciou um reforço do financiamento das Autoridades de Transporte, neste caso a CIM, para além daquilo que aconteceu no passado em que noventa e muitos por cento, penso que era noventa e seis por cento, do orçamento que vinha do Fundo Ambiental para transportes públicos era gasto nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, e esse reforço foi feito para, agora, também, as Comunidades Intermunicipais e que espero que com isto de benefício, o baixar do preço da mobilidade para os nossos territórios. Daí que o PSD não possa acompanhar a moção nos modos em que foi feita, mas compreende perfeitamente a reivindicação”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Mário Pereira**, cuja intervenção se transcreve: “Se o Senhor Deputado Pedro Alves quiser redigir a moção, no sentido de fazer com que ela fique adequada, mais realista, desde que respeite o princípio. E é este o princípio que está aqui em causa, é o princípio da discriminação. Eu admito tudo, agora não tenho ilusões, também, o comboio que vai ligar Aveiro a Salamanca, se parar em Viseu é uma sorte, não vai parar em Vouzela, nem em Souto de Lafões, nem em Pinheiro de Lafões, nem Arcozelo das Maias, nem Ribeiradio, nem Figueiredo das Donas, nem Fataunços, não vai parar em lugar nenhum desses, portanto, não vai resolver nenhum problema. Provavelmente vai dividir algumas aldeias ao

meio. Portanto, isso não é solução, o problema é este, se eu fosse para Aveiro, comprasse passe, ia a Lisboa por vinte euros e ficava a poder continuar a andar de comboio em toda a linha por vinte euros durante um mês. Agora o equivalente a isso era eu poder ir a Lisboa de Expresso, é disso que estamos a falar e não de outra coisa e mais, as pessoas de Aveiro, tem ao lado da estação a paragem dos autocarros que são geridos pela CIM também e, portanto, isto é uma discriminação, e eu devo dizer ao Senhor Deputado Pedro Alves, que de facto lamento imenso, já o ouvi falar muito sobre a IP3, mas nunca o ouvi falar sobre estes problemas, que de facto são os problemas de quem vive aqui, de quem precisa de ir trabalhar e só tem um horário, uma vez por dia, um de manhã e outro à tarde, e que ao fim de semana não andam. E é sobre isto que nós também temos de ser mais afirmativos. Eu percebo todas as dificuldades do Governo, mas não sou eu que tenho de me preocupar com elas, não sou ministro. Eu acho que este é o princípio. Eu não me importo que a moção seja redigida de outra maneira qualquer, os Senhores Deputados têm total liberdade para a redigir como entenderem como seja possível, desde que se assuma na moção o protesto contra este princípio, e é só isto, porque na prática aquilo, e sendo um utilizador pouco frequente dos transportes públicos, eu para sentir que tinha o mesmo direito que as pessoas que moram em Aveiro, eu deveria poder comprar um bilhete de Expresso, por vinte euros, para ir a Lisboa as vezes que eu quisesse". -----

--- Em face da ausência de inscrições, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria com 13 votos a favor e 21 abstenções.-----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Lúcia Silva**, cuja intervenção se transcreve: "Quando os membros de uma comunidade desejam melhorias para a sociedade civil estão a fazer política e na retórica do discurso político não pode valer tudo. As inverdades conduzem à desacreditação da política e dos políticos. Atualmente nós celebramos cinquenta anos de democracia e cabe a todos nós zelarmos e protegermos a democracia". -----

--- Este meu introito apenas serve para reportar aqui um assunto que tem a ver com a saúde, mais concretamente com as urgências da pediatria do Hospital de Viseu da ULS. No passado mês de novembro, os deputados da Assembleia da República, do Partido Socialista, reuniram com o Conselho de Administração, e entre os vários assuntos abordados, um deles foi a urgência pediátrica, e foi-lhes dito que a urgência pediátrica não encerrou, não encerra, que mantém o mesmo número de pediatras e que em março também não encerraram. É evidente que isto levanta-nos aqui um problema, até ético, porque se todos nós nos recordamos quando em março de 2023, na altura da campanha eleitoral, o então candidato Leitão Amaro, que é hoje Ministro da Presidência, fez um vídeo onde ele alertava e não só alertava, mas trazia também a

Assembleia Intermunicipal

público a contestação do encerramento das urgências. Portanto, se nós temos neste momento, um atual Conselho de Administração que foi nomeado pelo Governo atual, em que diz que as urgências não estão encerradas, nem nunca encerraram, e note-se que encerradas significa porta fechada, portanto, se eu vou a um hospital, a uma pediatria, e se o serviço está a funcionar, pode não funcionar com os pediatras que nós gostaríamos de ter, mas há o serviço, há resposta às necessidades. As urgências não foram encerradas e, portanto, eu gostaria de trazer aqui esta questão e não só trazer esta questão com também gostaria de ter respostas, nomeadamente dos responsáveis e de quem tem ligações diretas ao Conselho de Administração e que certamente nos pode esclarecer. É preciso dizer, e eu volto a reiterar, proteger e salvaguardar a democracia.-----

--- Depois um outro assunto que eu também gostaria aqui de trazer tem a ver com o IP3. Todos nós sabemos, porque isto é um assunto que tem mais de duas décadas, o IP3, a autoestrada Viseu-Coimbra, é uma reivindicação que tem mais de duas décadas, e o Governo do Partido Socialista, o último Governo, e segundo as suas propostas, definiu para Viseu-Coimbra um perfil de autoestrada em oitenta e cinco por cento e os outros quinze por cento, não seriam abrangidos pelo perfil de autoestrada por uma razão muito simples, a zona das pontes, que é a zona mais difícil, é a zona que tem mais custos, ficava, o custo era tão igual ou era igual ao resto da autoestrada. E, portanto, ficou definido que, inicialmente seria feito oitenta e cinco por cento em perfil de autoestrada e depois ver-se-ia com o passar do tempo. Sabemos também que o Governo não cumpriu o seu mandato, mas também sabemos, até porque as obras já começaram, que neste momento as obras entre Santa Comba Dão e Viseu já iniciaram com perfil de autoestrada.-----

--- Atendendo também às últimas notícias, até porque daqui a meia dúzia de meses vamos ter as eleições autárquicas, fomos confrontados com a notícia que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, e também Presidente deste Conselho, que exigiu ao Governo, para ser candidato, teríamos de ter o IP3 em perfil de autoestrada. O Senhor Ministro da Presidência também veio reiterar essa exigência, e agora aqui a questão que se coloca é, porque cabe a esta Assembleia Intermunicipal ter conhecimento realmente daquilo que realmente se passa, lá está, as tais verdades que é preciso saber, afinal de contas o que é que vai acontecer ao IP3? Vamos ter perfil de autoestrada? Não vamos ter perfil de autoestrada? As obras que estão a ser iniciadas, o que é que vai acontecer, porque aquele acesso da zona do Mondego, é um acesso difícil, o itinerário terá de ser alterado ou não? Ou seja, são respostas que são precisas, respostas

que têm de ser ditas com verdade, para que todos nós possamos saber aquilo com que realmente podemos contar. -----

--- Depois, para terminar, queria aqui também deixar uma moção, intitulada “Caminhos de Fátima”.-----

--- *O grupo do Partido Socialista na Comunidade Intermunicipal, Viseu Dão Lafões, apresenta a esta digníssima Assembleia uma moção intitulada “Caminhos de Fátima”.-----*

--- *Os Caminhos de Fátima são uma rede de itinerários religiosos e culturais que partem de diversos locais e terminam no Santuário de Fátima. -----*

--- *Desenvolvidos pelo Centro Nacional de Cultura, desde 1996, em parceria com múltiplas instituições e em articulação com o Santuário de Fátima, criam condições seguras e aprazíveis para peregrinos e caminhantes que a pé se dirigem ao Santuário de Fátima, evitando as estradas de grande circulação automóvel, em favor de caminhos de terra e de pequenas estradas rurais.*

--- *Proporcionam uma verdadeira espiritualidade, em ligação com a natureza e as vivências religiosas e culturais. -----*

--- *Na região de Viseu Dão Lafões são muitos homens e mulheres que anualmente em peregrinação a Fátima, numa jornada espiritual e física, correm sérios riscos nomeadamente de segurança.-----*

--- *A segurança dos peregrinos, a pé, que visitam o Santuário de Fátima e conseqüentemente a valorização do património cultural são os dois propósitos que deverá estar contemplado nos responsáveis políticos na procura das melhores respostas, tendo sempre como bem maior, o bem comum. -----*

--- *Indo de encontro ao que já se tem feito, em outras regiões, nomeadamente a norte do País, desde Vila Nova de Gaia até Fátima, com a articulação de vários municípios e a associação “Caminhos de Fátima” que estudou um itinerário alternativo, de 200km, ao atualmente percorrido para retirar das estradas nacionais peregrinos e caminhantes, e a segunda rota, a designada “Rota Carmelita, que vai de Coimbra e passa por municípios do interior. -----*

--- *Assim, o Grupo do Partido Socialista, aqui representado, propõe:-----*

--- *1) Que a CIM Viseu Dão Lafões apresente uma candidatura a fundos europeus, para que também possamos apresentar uma alternativa segura e com condições de higiene, através da criação de rotas com recurso a vias secundárias e rurais permitindo desta forma que os peregrinos e caminhantes que se deslocam ao Santuário de Fátima, o façam em segurança e com um espírito renovado, bem como possam usufruir das belas paisagens que temos para*

Assembleia Intermunicipal

oferecer, da nossa riqueza cultural e que a região possa usufruir do impacto económico que resulta da criação destas rotas.-----

--- Sendo aprovada esta Moção, a mesma deverá ser enviada ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal Viseu Dão Lafões, Dr. Fernando Ruas".-----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Ana Paula Santana**, cuja intervenção se transcreve: "O turismo religioso é uma realidade a enaltecer, Portugal distingue-se em diversos pontos religiosos como uma mais-valia para todo o nosso território e a moção aqui trazida é pertinente, no entanto, colocam-se algumas questões que importa, para a nossa região, considerar.-----

--- Desde logo, não podemos descurar que desde dois mil e doze que temos ao dispor desta região a Ecopista do Dão, um caminho seguro, um caminho viável, que pode muito bem, paralelamente aquilo que são os fins da prática desportiva ou da atividade física, conciliar-se também com esta dinâmica, portanto, quanto a isso penso que o investimento já é seguro e poderemos apenas, na eventual hipótese de se apresentar alguma candidatura, ainda o enriquecer e enaltecer para isso.-----

--- Depois também não podemos descurar o projeto recentemente lançado que é a Ecopista do Mondego, digo do Vouga, que também pode muito bem fazer a ligação a outros territórios que igualmente, no mesmo princípio, que acabei de referir, se colocam.-----

--- Depois não podemos esquecer que nós temos na nossa região o Caminho Português Interior de Santiago, que também é um projeto municipal, do Município de Viseu, que se colou a outros projetos municipais de todos os concelhos até Espanha e que importa suscitar para esses territórios a norte e também é um caminho seguro e penso que em termos do nosso território, território da CIM Viseu Dão Lafões, a resposta já existe, é eficaz e é segura, colmatando assim os rácios da sinistralidade inerentes a este caminho, pelo que no meu modesto entendimento e contributo, entendemos que não será um assunto sobejamente de pertinência para a região considerando estas respostas seguras que a região já tem para oferecer".-----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Lúcia Silva**, cuja intervenção se transcreve: "É só mesmo para esclarecer aqui alguns pontos. Eu não disse na moção que Viseu não tinha as ecopistas, eu apenas fiz referência, precisamente, aos Caminhos de Fátima, e, portanto, independentemente das infraestruturas que nós já temos o certo é que nunca é demais abordar-se o assunto, porque tem a ver e prende-se com a segurança das pessoas. E abordar o assunto significa também dar respostas. Se nós temos a ecopista pois com certeza, as várias ecopistas, nada contra, muito pelo contrário, agora uma coisa é certa, os peregrinos não têm as respostas devidamente adequadas. Depois a Senhora Deputada Paula Santana falava aqui nos Caminhos

Assembleia Intermunicipal

de Santiago, olhe eu peço desculpa mas às vezes a minha memória já se baralha um bocadinho, mas os Caminhos de Santiago, portanto, são para norte, mas está-me a dizer em direção ao sul, mas de qualquer das formas, a mim e no meu entendimento, uma vez que fui eu que trouxe a proposta, é um assunto bastante pertinente, pois com certeza que sim, que temos infraestruturas, contudo se os outros municípios também têm os Caminhos de Santiago e também têm ecopistas, se eles têm esta preocupação e esta resposta, nomeadamente começou em Vila Nova de Gaia, duzentos quilómetros de itinerância até ao Santuário de Fátima, depois temos Coimbra, também com a Rota Carmelita. Portanto, se os outros municípios que também têm as infraestruturas que nós temos, têm esta resposta, é evidente que isto não é a Comunidade em si disponibilizar a parte financeira, são candidaturas que se fazem e, portanto, numa eventual possibilidade de fazer uma candidatura penso que todos nós ficávamos a ganhar, nomeadamente as pessoas que têm os seus atos de fé e que convém que o façam sempre em segurança, porque é para isto que nós cá estamos, também para defender e olhar para as pessoas e para o bem comum". -----

--- Em face da ausência de inscrições, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria com 19 votos a favor e 16 abstenções.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Pedro Alves**, cuja intervenção se transcreve: "O Orçamento de Estado que foi recentemente aprovado deve-nos deixar a todos, em primeiro lugar, tranquilos do ponto de vista político, por podermos trazer ao país a estabilidade que é fundamental para que haja, por um lado, paz social e, por outro lado, consigamos ter o desenvolvimento económico e o progresso que ambicionamos para o país. Num momento em que, politicamente, há grande instabilidade e tensão político-partidária, com muita polarização, a aprovação do orçamento era um desafio que tínhamos todos, enquanto partidos políticos, representantes dos portugueses, de modo a não gerarmos a instabilidade que tem desacreditado as instituições democráticas, com risco de um crescendo ainda maior por parte dos partidos mais populistas.-----

--- E o Orçamento de Estado, que é aprovado, é um orçamento que responsabiliza todos os partidos políticos, não apenas o Governo que o propôs, orçamento esse com o qual nós também, fruto do apoio parlamentar que o PSD dá a este Governo, nos revemos na sua maioria, porque consegue refletir a maioria dos compromissos que nos propusemos em campanha eleitoral a realizar com os portugueses, mas também porque o Governo teve a capacidade de estabelecer diálogos prévios, à apresentação da proposta de lei, com forças políticas representadas no Parlamento, com forças da sociedade civil e que este orçamento, por essa mesma razão, fruto

Assembleia Intermunicipal

do diálogo, conseguiu também verter, pela mão do Governo, propostas de outros partidos e que por isso mesmo, os compromete também na sua execução. Para além disso, há propostas que embora o Governo não as tenha, nem os partidos que o suportam, acompanhado, foram aprovadas fruto de entendimentos de partidos da oposição e que também, por essa mesma razão, estão no orçamento, logo este é um orçamento que compromete todas as forças políticas, independentemente de ser um orçamento proposto pelo Governo, porque tem de ser assim, que está em funções.-----

---Desde logo porque o orçamento permitiu trazer esperança para um conjunto de profissionais, nomeadamente, e profissões da Administração Pública, não esquecer aqui o descongelamento do tempo de serviço dos professores, não esquecer aqui também as carreiras dos profissionais de segurança, das forças armadas, dos oficiais de justiça, dos enfermeiros. Compromissos esses que foram anteriores ao Orçamento de Estado e que mesmo assim esta proposta foi capaz de o manter, no entanto, mais importante do que isto e das propostas todas que mantém do ponto de vista social, para a saúde, para os mais desfavorecidos, o complemento solidário para idosos, entre um conjunto de outras medidas, é um orçamento que serve também a nossa região e era fundamentalmente com este propósito que queria fazer a intervenção e o impacto que o orçamento vai ter na vida de todos nós, ou seja, tem estas propostas concretas que são transversais a todos, porque é o primeiro Orçamento de Estado desde o vinte e cinco de abril que não aumenta impostos, pelo contrário baixa impostos, é o primeiro, que baixa impostos em relação a qualquer outro anterior e mantendo na mesma contas certas e seguras com superavit orçamental.-----

--- No entanto, aqui como disse para a região, há dois ou três aspetos que queria relevar e que são importantes, um deles prende-se com o que hoje está a acontecer, a esta hora, que se prende com a água, com o abastecimento de água a humanos, estamos a falar em concreto da Barragem de Fagilde. Hoje está-se a apresentar o projeto de construção da barragem, uma situação que foi permanentemente adiada pelos governos anteriores, uma solução que deveria ter sido acelerada há mais tempo, fruto daquilo que aconteceu em dois mil e dezassete. A aceleração aconteceu, é verdade, fruto de um protocolo que foi celebrado entre o anterior Governo e a Câmara Municipal para que o projeto fosse concluído, poder-se-ia ter feito muito mais cedo, não se fez, não vou dizer as razões, mas sempre foram muito próximas de processos eleitorais, com alguma habilidade à mistura cada vez que se deslocava um membro do governo ao território, não procurando institucionalmente fazer os seus compromissos, mas partidariamente procurar trazer benefícios para candidatos autárquicos. É verdade é que hoje

Assembleia Intermunicipal

nós estamos em Viseu a apresentar uma proposta, um projeto concluído relativamente à construção da nova Barragem de Fagilde, mas a par disto, uma solução diferente, para melhor, que se prende com a certeza de que haverá e a garantia de que haverá, para um território que tem dificuldades na captação de água, como o nosso, a possibilidade de, em breve, os municípios que assim o entenderem, poderem aderir às Águas de Douro e Paiva, de modo a que em qualquer circunstância nunca falte água para abastecimento humano. -----

--- Este aqui é um princípio também de coesão, porque estamos a aderir a um subsistema de águas públicas, gerido com dinheiros públicos e que vai colocar a água a um custo, pelo menos, igual ou inferior aquele que já pagávamos na nossa região e que é um princípio de subsidiariedade, em que uma região que tem boa captação de água, nos fornece água, aumentando essa dimensão de distribuição, diminuirá também os custos para os consumidores. Haverá assim mais eficiência, trata-se de uma unidade que produz mais água no país. Resolvemos com isto, um problema que tem anos, para uma região que tem falta de água. -----

--- Outros dos aspetos que o orçamento trouxe de bom ao nosso território, prende-se em primeiro lugar, com o Centro de Ambulatório e a Unidade de Radioterapia. Pela primeira vez, depois de tantos erros cometidos, seja ao nível do concurso, seja em adiamentos sucessivos, por placas que foram colocadas em anos de eleições, por anúncios feitos a nove meses de eleições, em que nunca nada saiu do papel, em que não havia financiamento garantido, até este Governo assumir as suas responsabilidades. Pela primeira vez esta Unidade está nas prioridades do Governo Central, não é uma questão regional, é uma questão central e está inscrito no orçamento, ou seja, o financiamento, na pior das hipóteses, é garantido por via do Orçamento de Estado e a obra é mesmo para avançar desta vez e porque se assim não fosse, se não houvesse estas garantias, o Estado poderia estar sujeito a pagar indemnizações, porque o concurso já estava a decorrer e não haveria forma sequer de pagar o início das obras, porque nada estava feito, ou o que estava feito não era suficiente. -----

--- E depois também o IP3, e aqui então, como aqui já foi abordado o IP3, eu não sou porta-voz do Governo, defendo o Governo, não sou porta-voz do Governo, o Partido Socialista, por norma, é que confunde as funções, quem tem que anunciar o modelo final para o IP3 é o Governo, nós exigimos e eu também exigi, eu também não tenho cara, os Senhores Deputados do Partido Socialista sempre tiveram cara para andar a mentir, para andar a inventar, com placas de tudo e mais alguma coisa, em dois mil e vinte e dezoito, Senhora Deputada, o Primeiro Ministro da altura, António Costa, anunciou a duplicação do IP3, em Penacova e que estaria concluída em dois mil e vinte e dois. Estamos em dois mil e vinte e quatro, não há um centímetro, um

centímetro de IP3 duplicado e mais, nem sequer conhecemos o traçado integral, o projeto para o traçado integral. Andaram a encanar a perna à rã durante todo este tempo, sempre e se houvesse pelo menos a coragem de o ter feito de outra forma, em dois mil e vinte e dois já teríamos de certeza uma ligação a Coimbra feita de outros moldes, simplesmente a sabotagem, ou a batotice eleitoral que foi feita em dois mil e quinze, levou a que se optasse por outras soluções que deram neste atraso. -----

--- Hoje, tenho a certeza, porque também é um compromisso de nós, e aqui não gostaria de usar essa qualidade, de como deputado, também não tenho condições de me voltar a colocar, se for essa a minha intenção e se for essa a vontade também do partido, de voltar a ser candidato para não resolver um problema que tem décadas e que o atraso se deve exclusivamente ao Partido Socialista, ou vocês não se recordam do Partido Socialista, em Penacova, de ter dito que ou havia duplicação do IP3 ou havia descongelamento da carreira dos professores. Nem uma coisa nem outra, pois então nós já descongelámos a carreira dos professores e podem ter a certeza absoluta que haverá, porque é esse o nosso compromisso, uma duplicação do IP3 em perfil de autoestrada até Coimbra. Não somos nós que o vamos anunciar, não tenho noção, porque não é esse o meu trabalho de acompanhar dessa maneira, o Governo é que tem de apresentar contas do trabalho que anda a fazer e tem de o fazer junto dos Visienses e aí sim, é essa a nossa responsabilidade, fiscalizar a atuação do Governo, exigir do Governo que também cumpra com aquilo que foi a nosso compromisso eleitoral, o nosso, dos eleitos pelo PSD e pela AD, neste caso, e também dos nossos autarcas que se comprometeram apoiando este Governo também com estas condições e é nessa condição que nós estamos aqui. Nós exigimos ao Governo da AD o mesmo que exigíamos ao Governo do Partido Socialista. Nós não andamos aqui com processos enviesados, como se fazia no passado, isso pode ter a certeza, que não contem connosco para isso, no passado sim, andou-se aqui a tentar encanar a perna à rã com o que disse e com compromissos que não eram depois cumpridos. -----

--- E por último, a Casa do Passal, que também interessa aqui realçar. Nós também tivemos uma iniciativa legislativa nesse sentido, uma proposta de alteração ao orçamento, uma vez que não vinha na proposta de lei do Governo, houve mais partidos que o fizeram, foi aprovada a nossa como foram aprovadas outras, porque era um compromisso que havia por parte, também do PSD, da legislatura anterior, de uma resolução que foi aprovada na Assembleia da República, de apoiar a reconstrução da Casa Aristides Sousa Mendes, nos termos em que a resolução o diria, por causa, também que para nós é importante e este Governo também vai procurar fazer isso, é um compromisso que o Governo assumiu à data da inauguração, de colocar a Casa do Passal

no Roteiro Nacional dos Museus, classifica-lo dessa forma para lhe dar relevância e daí também ser para nós um motivo de reconhecimento e de orgulho o facto de, seja pela nossa via, seja pela via também de outros partidos, podermos ter inscrito no Orçamento de Estado uma proposta que vai ajudar a ultrapassar alguns dos constrangimentos financeiros que foram encontrados durante o decorrer da requalificação da Casa Museu de Aristides Sousa Mendes e que certamente será uma âncora para o nosso território, para atrair do ponto de vista turístico, população, e, por outro lado, para homenagear não apenas Aristides Sousa Mendes, mas todos os princípios e valores que estão por detrás daquela causa e que para nós também são fundamentais do ponto de vista humanístico”.-----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Maria Fátima Cunha**, cuja intervenção se transcreve: “Eu venho aqui fazer uma chamada de atenção sobre a situação da Linha da Beira Alta, que é sem dúvida um exemplo claro dos desafios que muitas infraestruturas enfrentam em termos de investimento e gestão. A abertura tem sido marcada por atrasos sucessivos e uma comunicação pouco clara por parte das infraestruturas de Portugal desde o seu encerramento em abril de dois mil e vinte e dois. Os prazos para a reabertura têm sido constantemente adiados, passando de janeiro de dois mil e vinte e três e mais recente para o quarto trimestre de dois mil e vinte e quatro, muito provavelmente com reabertura apenas parcial entre Celorico da Beira e Vilar Formoso. A reabertura total será só em dois mil e vinte e cinco. -----

--- Estes atrasos não apenas afetam a mobilidade e o desenvolvimento regional, mas também geram frustração nas comunidades locais que dependem desta linha para a sua ligação e crescimento. A falta de cumprimento dos prazos e a incerteza sobre a reabertura total da linha revelam uma gestão que carece de eficiência e de uma comunicação transparente com a população. As autoridades têm o dever de garantir que este projeto se concretize de forma eficaz e dentro dos prazos previstos.-----

--- Outro assunto que trago aqui é uma reflexão. A Cimeira Ibérica sobre a ligação ferroviária Aveiro – Viseu – Guarda – Salamanca – Madrid. A Cimeira que reuniu diversas entidades portuguesas e espanholas, em torno do transporte ferroviário no corredor atlântico, representa um passo significativo na busca por uma maior integração infraestrutural entre os dois países. Espera-se que a Cimeira em Viseu não seja apenas um evento isolado, mas um marco na construção de um futuro mais interligado e promissor entre Portugal e Espanha, com potencial para transformar a dinâmica económica e social das regiões e contribuir para uma Europa mais coesa. Que seja um convite à reflexão sobre a importância da colaboração transfronteiriça e o papel vital que as infraestruturas desempenham no desenvolvimento sustentável”.-----

Assembleia Intermunicipal

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **João Tiago Henriques**, cuja intervenção se transcreve: “Eu vinha também falar um pouco sobre a questão do dia dezasseis de setembro, uma situação que nos afligiu a todos na Comunidade Intermunicipal e que teve os pontos piores, julgo eu, que terão sido em Mangualde, Penalva do Castelo, Castro Daire, os concelhos mais afetados por esta catástrofe do fogo. Todos fomos afetados, São Pedro do Sul, também é verdade, eu peço desculpa porque como São Pedro do Sul já foi muito afetado tantas vezes, a gente às vezes já fica um bocadinho esquecidos, é um facto. -----

--- Isto significa que nós tivemos dezenas de milhares de hectares arditos nesta nossa Comunidade Intermunicipal e continuamos permanentemente a adiar a tal reflexão profunda, quando já é nítido aos olhos de toda a gente, porque é que a floresta arde. A floresta arde simplesmente porque não serve para mais nada, infelizmente é o tipo de floresta que temos. Porque a floresta que nós temos, infelizmente, não está ordenada para que não arda, não cria valor para que não arda e não fixa pessoas para que não arda. E então, temos de perceber, rapidamente, que temos de criar e muito, como estamos a fazer com pequenos passos na CIM, mas que não chega para o gigantismo da nossa tarefa, criar uma economia de não fogo, porque a economia florestal que criámos em Portugal, é uma economia do fogo, que de seis em seis anos, sete em sete anos, oito em oito anos, devasta todo este potencial. E o que é uma economia do fogo, uma economia do fogo é aquela em que se ganha porque arde, uma economia de não fogo é aquela em que todos os operadores ganham a sua vida por não arder. Eu não estou a fazer nenhum juízo de intenção, atenção, quero que se perceba isto claramente, mas infelizmente, eu que nem sou marxista, tenho de dar razão a Marx, de que que todas as grandes causas políticas e sociais, têm uma causa económica por trás, e nos anos cinquenta, sessenta e princípios de setenta, as florestas não ardiam porque não havia uma monocultura excessiva de eucaliptos e porque também se retiravam todos os sobrantes agrícolas para um modo de vida quase medieval, ora esse modo medieval não volta, e por isso temos de perceber como é que tiramos a carga de combustível das nossas florestas. Eu não sou engenheiro florestal, sou um proprietário agrícola, que prestou um serviço ambiental, porque para que os meus vizinhos e as suas propriedades habitacionais e agrícolas não ardessem, eu sacrifiquei a minha para que ardesse. E a minha não ardeu totalmente porque eu pratico uma agricultura que me permite limpar. Ora, atualmente, os proprietários não têm hipótese de limpar a produção florestal que têm, porque um hectare de limpeza anualmente custa no mínimo a um proprietário setecentos e cinquenta euros. Eu sei porque a faço, com o meu trator e com os meus meios, e por isso

Assembleia Intermunicipal

continuamos a criar a economia do fogo, não limpamos porque não conseguimos limpar, não limpamos porque não é economicamente viável limpar, então deixamos arder.-----

--- Para que tenhamos uma noção do que é este problema em termos ambientais, Portugal conseguiu ser um dos primeiros países civilizados a deixar de estar dependente do carvão e dos combustíveis fósseis na produção de energia elétrica, praticamente. Temos o backup das centrais de gás natural, porque é preciso em caso de não existência de produção intermitente, que é a eólica, solar e hídrica, termos um backup de constante, conseguimos fazer isso e emitimos mais CO2 para a atmosfera a destruir economia com os incêndios, do que a produzir economia com indústrias, ou mesmo com o setor dos transportes. -----

--- É a tal economia do não fogo que tem de ser criada. E os senhores perguntam-me, então, mas como é que arranjam esta quadratura do círculo? É óbvio que como o Estado financia tantas outras opções, tem de refletir aqui da necessidade de financiar os proprietários nas limpezas, nos agrupamentos florestais, na criação de uma floresta de mais-valia em vez de ser uma só meramente papelreira. A de papel tem de existir, porque três por cento do PIB não podem ser deitados para o caixote do lixo, mas se financiámos tantas torres eólicas e tantos parques solares, temos também de financiar, pelo menos, uma ou duas centrais de biomassa, não as nove que tão voluntariosamente quisemos fazer nos últimos anos, mas pelo menos duas ou três, e que esse transporte esteja agregado, e que sejam criados locais municipais e que as Câmaras Municipais possam receber dinheiro por fazer essa recolha ou agrupar essa recolha, ou incentivar a criação de empresas privadas ou de cooperativas que façam essa recolha. O que não pode continuar a ser, é termos uma economia do fogo. E a economia privada também pode reagir a isso, porque as mesmas empresas que podem fazer carros de combate a fogo, também podem fazer carros de limpeza florestal. E as pessoas que são ocupadas no combate aos fogos no verão, também podem ser ocupadas, e mais ainda que haja, se for preciso com imigrantes, não temos de ter problemas em se usar essa palavra, com imigrantes sejam vindos de onde eles puderem vir, para nos ajudarem a fazer isto, porque a alternativa é deixarmos de ter natureza, e voltarmos ao século XIX. Nós em Portugal no século XIX tínhamos muito menos mancha florestal do que o que tem hoje, muito menos, basta ver as primeiras fotografias do Jorge Silva na Serra de Sintra, na Serra do Buçaco, na maior parte das serras portuguesas, não estavam plantadas, eram pedras, mas nós precisamos de criar riqueza neste ponto de vista.-----

--- E, já que estamos a falar de questões ambientais, eu gostava de me congratular realmente com o facto de realmente irmos ter uma Barragem de Fagilde, ao fim de muita discussão, de discussão que envolveu muitas tomadas de posição. Uma discussão que começou já bem atrás

Assembleia Intermunicipal

e que foi liderada muitas vezes, por vários presidentes de câmara, entre eles, António Almeida Henriques, que conseguiu sentar a uma mesa seis presidentes para que pudessem fazer a tal Barragem de Fagilde, a de cento e cinquenta metros, depois houve retrocessos, que todos nós sabemos como é que foi, quando se pensou que uma adutora resolvia os problemas todos e que poderia substituir-se ao sistema de Fagilde, quando o sistema de Fagilde tem que ser integrado num sistema que sirva toda a CIM, onde também poderá haver adutoras e outras coisas.-----

--- Mas nós não podemos abdicar da Bacia Hidrográfica do Mondego e não podemos deixar que as nossas águas sejam comandadas de Vila Nova de Gaia ou do Porto, num processo de retrocesso na nossa autonomia decisória, não é de subsidiariedade, subsidiariedade é se nós tiramos o mesmo peso, nunca ninguém é subsidiário quando tem dois milhões de consumidores de um lado e duzentos e cinquenta mil do outro. Isso não é subsidiariedade, com também não é subsidiariedade dizer que os investimentos que se vão fazer não vão ser repercutidos nas faturas das pessoas, porque vão, porque é assim que as Águas de Portugal fizeram em todo o lado, e como fizeram isso em todo o lado, e normalmente até as Águas de Douro e Paiva, para os autarcas que conhecem do nosso distrito, todos os concelhos do nosso distrito que são servidos pelas Águas de Douro e Paiva, têm as tarifas mais altas de água.-----

--- Ora eu, como membro da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, que se tem Dão no nome, e não tem nem Paiva nem Douro, tem Dão no nome, não abduco que este recurso estratégico do século XXI, de sempre, que é a água, não tenha uma bacia de retenção e de armazenagem condigna, com os tais sete hectómetros de água, em vez dos tais três que temos hoje e se perdeu tanto tempo a falar em adutora, que qualquer grupo técnico da Ordem dos Engenheiros, da Ordem do Engenheiros do Ambiente, considerava completamente ridículo centrar único e exclusivamente numa adutora essa solução, quando soluções anteriores tinham também a possibilidade de se distribuir por todos os municípios essa utilidade, nós não podemos agora mascarar o porquê destes atrasos. Estes atrasos existiram porque se voltou à estaca zero depois de estar quase na linha de meta e se estas pessoas que foram capazes de fazer isso, infelizmente faleceram e tiveram de ser substituídas e interrompidas democraticamente, houve alguém que foi responsável por esse atraso e que toda a gente sabe e quem está de boa-fé neste processo sabe isso perfeitamente. E, por isso, como uma barragem se faz em duas margens é preciso que estas duas margens se falem, é que não é possível fazer uma barragem só ancorando betão num lado, é preciso ancorar em duas margens, é como uma ponte, uma barragem é como uma ponte, liga dois, e não pode ser decidida só por conhecimento de um, porque isso é que é ir contra o princípio da subsidiariedade, lá porque um concelho representa setenta ou oitenta

Assembleia Intermunicipal

por cento dos possíveis consumidores de água, não se pode esquecer que os outros concelhos, que são ocupantes da bacia hidrográfica têm exatamente as mesmas legítimas expectativas de poder tomar uma decisão e é por isso que a barragem se chama de Fagilde, é que Fagilde não é Vila Corça, nem Vila Corça é Fagilde, é Fagilde que está lá o nome na barragem. -----

--- E é por isso que eu não posso deixar de ter pena que num momento tão importante para alguns municípios desta Comunidade e outros também, tenha sido no mesmo dia em que havia uma reunião da Assembleia Intermunicipal que houvesse a marcação de esse anúncio, que a Senhora Ministra já adiou porque mais que uma vez a sua vinda para nos vir mostrar o tal projeto, projeto a que realmente só os munícipes e autarcas de Viseu é que puderam ter acesso, porque os autarcas de Nelas, de Mangualde, de Penalva do Castelo e do Sátão não foram ouvidos para isto. Ora o tal princípio da subsidiariedade é também isto, é perceber que numa região ou queremos ter os interesses regionais, que são aqueles que mais juntam todos nós, ou queremos ter os interesses municipais. -----

--- E há uma coisa que nós podemos ter todos a certeza, passaremos nós, passará a CIM, passará tudo, mas o Rio Dão e o Rio Mondego continuarão a estar cá. E, para estarem cá, nós se queremos usufruir dessa riqueza natural, que é nossa, e que não pode ser gerida nem em Vila Nova de Gaia, nem no Porto, mas tem de ser gerida em Viseu, seja em que município for, nós temos de lutar para que haja uma gestão local de um recurso local e porque eu nunca vi ninguém, com outra bacia hidrográfica, abdicar da decisão, do poder de decisão, do poder de gerir. -----

--- A intermunicipalidade da água existe em Mangualde, Viseu, Nelas e Penalva há trinta anos, é gerida pelas Águas de Viseu, porque é que temos de nos associar a Douro e Paiva, para perdermos completamente autonomia decisória, eu nunca vi ninguém no Côa a abdicar da gestão da água do Côa, nem nas águas do Alqueva vir alguém do Ave ou do Cávado votar. Aqui é Dão Lafões, aqui gerimos a nossa água”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Pedro Alves**, cuja intervenção se transcreve: “Um protesto muito claro. Há aqui um conjunto de coisas, que não são verdades, primeiro ao nível da gestão da água, saber que o Alqueva faz a gestão de barragens aqui em cima, a norte, o Alqueva, não sabe certamente, mas faz, dentro do nosso território. -----

--- E depois dizer-lhe outra coisa, a adesão ao sistema multimunicipal de Águas de Douro e Paiva é voluntário, nenhum município está impedido de o fazer, como nunca ninguém descartou a possibilidade de fazer a barragem. Houve quem quisesse sim, privatizar e concessionar os serviços de água e vinha a partir de Mangualde. Está esquecido? Foi verdade, e o estudo estava

a ser feito e se houve atraso no processo que estava em curso, fica a saber que se deveu ao trabalho da Assembleia Municipal de Viseu que impediu que esse processo avançasse, fica a saber, e defendemos sim, como no passado o fizemos, que as águas sejam um recurso público, gerido pelo sistema público e que seja feito num horizonte maior e se houvesse Águas de Portugal a gerir serviços de água ou multi-sistemas regionais, entre o interior e o litoral, certamente que o custo da água ficaria menor. Porque é que acha que o custo de água é menor em Lisboa? Porque é que acha que o custo de água é mais alto em Tondela? Sabe porquê? Não vai explicar nada, isto é um protesto que eu lhe estou a fazer, não tem de o fazer, e gostava que me dissesse onde é que o Senhor Deputado foi buscar a ideia de que a água ia ficar mais cara, veio para aqui levantar uma questão que não é verdade. Não está protocolado, não conhece. É uma mentira o que está aqui a dizer, não conhece, não é público, ninguém sabe. E se nós sabemos que a proposta que foi apresentada era que na pior das hipóteses ou ficava igual o custo da água à saída da ETA de Fagilde ou ficaria inferior o custo no consumidor. Não é impossível Senhor Deputado, não é impossível porque a escala é maior. É a maior bacia hidrográfica do país, é esta, a do Douro e Paiva e sabe disso, e por isso é que o custo é menor. E se nós aderirmos ficamos aqui pelo menos com um sistema de redundância que nos permitirá em circunstância alguma que nos falte a água. O problema que está em causa aqui é a voluntariedade do acesso, ninguém está obrigado a ir, está com a sua autonomia, faz a sua gestão e bem. Agora veio aqui lançar uma questão que não é verdadeira, só isso. É este o meu protesto”.

---Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **João Tiago Henriques**, cuja intervenção se transcreve: “Ainda bem que estamos a falar de água neste fórum, porque é preciso esclarecer coisas importantes. O grupo Águas de Portugal tem um papel fundamental na gestão da água em Portugal. O grupo Águas de Portugal é a maior joia da coroa, neste momento, das empresas públicas portuguesas, porque é aquela que dá mais lucro, e bem, eu não sou favorável que as empresas públicas deem prejuízo, isso é para os nossos colegas mais à esquerda, eu não concordo com isso, concordo que a gestão pública tem de ser tão eficiente como a da minha empresa, tem de dar lucro, agora há uma coisa que nós não podemos escamotear, é que antes de haver Águas Douro e Paiva, já havia Serra de Montemuro, Serra da Arada, Bacia Hidrográfica do Paiva, do Douro, a Bacia Hidrográfica do Douro inclui a do Paiva, e a do Mondego inclui a do Dão.

---Significa que isto, se houver uma adutora ela tem de ter bombagem, se ela tem de ter bombagem, ter de ter custos operacionais, se tem custos operacionais elas vão ter de ser

suportadas. Por quem? Pelo consumidor ou pelo Orçamento Geral do Estado. Se o Senhor Deputado está em condições de dizer que o Orçamento Geral do Estado vai suportar os custos de utilização de uma adutora que tem desníveis de mais de seiscentos metros, e o Senhor Presidente da Câmara, aqui de São Pedro do Sul sabe perfeitamente disso, eu não estou a dizer que ela não é precisa, estou a dizer que tem custos e que estes custos vão ter de ser suportados por alguém. -----

--- Aliás como aconteceu nos municípios de Paredes, de Lousada, de Gaia, de Maia, de vários concelhos que estão a sair do sistema de Águas de Douro e Paiva, por excesso de custos e os custos do litoral, que existem, eu não estou a dizer que esses municípios todos vão sair, estou a dizer que há muitos municípios que querem sair, e em Lisboa a água é mais barata porque o sistema está amortizado quase desde o tempo do Marquês de Pombal, porque desde que a água foi explorada do Alviela, dos Olhos de Água do Alviela e desde que foi feita a CREL da água, que até tem microturbinagem dentro das turbinas, para pagar os custos das bombagens, tem receita para pagar a despesa. -----

Isso é completamente diferente de uma zona que só tem duzentos e cinquenta mil habitantes e que vai ter que ter milhões de euros de investimento e que as Águas de Portugal, nomeadamente as Águas de Douro e Paiva, não são nenhuma Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que também já está meia falida, para vir aqui fazer-nos uma grande obra de caridade e por isso não nos tomem, a nós, pessoas do interior, por estúpidos, porque nós também sabemos fazer contas, nós também sabemos como é que se faz um plano de negócios, nós também sabemos como é que se amortizam os investimentos. -----

--- Coisa diferente é fazer uma gestão intermunicipal, como se fez até hoje, em que o ónus da capacidade de obtenção de mais valias é completamente diferente e ainda mais importante, é termos aqui o poder decisório. Não há nenhum povo, numa situação do Mediterrâneo, não há nenhum povo, da Síria a Espanha, que esteja disposto politicamente a ceder a gestão da água a uma entidade terceira, que não seja a da sua região. Não há. E é isto que eu quero alertar. Até podemos chegar à conclusão, sim senhora, que devíamos aderir às Águas de Trás-os-Montes, ou a do Ave, ou a do Cávado, até podemos chegar a isso tudo, mas temos de saber o que estamos a decidir e o que estamos a decidir é uma perda de autonomia, uma perda de capacidade decisória e um aumento de custos para que isso possa ser feito. É obvio que se mostrarem em contas, rapidamente explicáveis, como é que se amortiza todo um sistema sem onerar as dos outros, porque eu não acredito que nas CIM's da Área Metropolitana do Porto, ou do Vale do

Assembleia Intermunicipal

Sousa, vão dizer assim, não, está ali uma rapaziada espetacular em que nós vamos pagar a diferença. Isso não existe”. -----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Lúcia Silva**, cuja intervenção se transcreve: “Apenas para dar aqui um esclarecimento, uma vez que foi permitido a uns, portanto, também terá de ser permitido a outros, e eu gostaria aqui de esclarecer o Senhor Deputado Pedro Alves quando falou há pouco na questão do Centro de Ambulatório de Radioterapia, é normal que quando um Governo está, o senhor que se segue critica aquilo que o outro fez ou que não fez, mas também não podemos pôr uma esponja e fazer de contas que nada aconteceu. -----

--- Dizer que certamente o Senhor Deputado teve oportunidade de ler o Orçamento de Estado que foi aprovado para 2024, e constava lá uma rubrica no valor de sete milhões de euros para a obra do Centro de Ambulatório e Radioterapia do Hospital de Viseu. Não se pode dizer que nada foi feito, sim, foi feito e muito trabalho, mas o certo, também é verdade que neste momento ainda não temos a obra feita, mas houve um trabalho feito e vamos ver agora o que é que este governo irá fazer. -----

--- Relativamente ao IP3, pois estamos na mesma, anteriormente esteve o PSD, deixou lá um powerpoint com a Via dos Duques, na verdade nada foi feito, a única certeza que neste momento nós temos é que as obras já começaram em Santa Comba Dão. Aí já começaram, com perfil de autoestrada, essa é a única verdade que nós temos, e a única certeza que nós temos, a partir daí Senhor Deputado, enquanto visiense eu teria muito gosto de circular de Viseu para Coimbra numa autoestrada. Vamos ver o que é que este Governo irá fazer”. -----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Ana Paula Santana**, cuja intervenção se transcreve: “Eu hoje trago uma boa notícia, uma boa notícia para toda a CIM, para todos os concelhos que integram a CIM Viseu Dão Lafões. E venho falar-vos do Tribunal de Consumo de Viseu. Esta infraestrutura que vai dar uma resposta no âmbito da justiça da nossa região é deveras importante para todos nós, é uma infraestrutura apartidária e ela resulta daquilo que foi o reconhecimento pela Direção Geral da Política da Justiça e pela Direção Geral do Consumidor, ao abrigo da tutela do Ministério da Economia e do Ministério da Justiça, que reconheceu que a região tem infraestruturas de recursos suficientes para aqui instalar um Tribunal Arbitral. -----

--- Como sabem, penso que em Assembleias anteriores eu já tive oportunidade de transparecer a existência de uma associação, de que sou coordenadora técnica, que é a Beira Amiga, uma associação de defesa do consumidor, uma associação que existe em Viseu desde dois mil e catorze e que tem feito um trabalho que deveras suscitou reconhecimento ministerial, para que através dela o Tribunal pudesse ser uma realidade e, portanto, Viseu tem a partir do dia oito de

Assembleia Intermunicipal

outubro de há dois meses, já estamos em dezembro, ao dispor de toda a região, um Tribunal com competência na área da arbitragem para resolver conflitos de consumo. -----

--- É um Tribunal que dá uma resposta muito eficaz aquilo que são conflitos de consumo, com intervenção obrigatória até cinco mil euros, conflitos onde existam este valor e estão aqui advogados na sala que sabem bem do que é que eu estou a falar, e que em casos de adesão voluntária dos comerciantes ou das pessoas coletivas que praticam os atos que envolvem compras e vendas ou prestação de serviços, se aderirem a este Tribunal a competência passará para trinta mil euros. -----

--- E porque é que esta ferramenta e esta infraestrutura é tão importante para a nossa região? Desde logo porque infelizmente a morosidade da justiça tradicional é um facto notório para todos nós, além do encargo financeiro que a mesma representa e então este Tribunal é um Tribunal especial na área da arbitragem, porque tem uma facilidade de acesso, um simples clique num formulário do site do Tribunal, que é o site do CNIACC, o Centro de Arbitragem que tutela este Tribunal, permite que qualquer cidadão possa preencher os dados e explique o conteúdo do seu conflito e possa imediatamente, esse simples clique, fazer iniciar um processo. A intervenção de advogados é facultativa e, portanto, como tal para conflitos de valor pequeno, possibilita muito mais a facilidade de acesso ao mesmo, garante uma segurança jurídica plena, porque ele, tal qual todos os outros tribunais, garante a eficácia de uma decisão judicial que permite até constituir títulos executivos e os recursos serão, eventualmente, apresentados para um tribunal superior e simboliza qualidade e compromisso técnico de uma real intervenção. Os processos não podem ter uma pendência superior a noventa dias, portanto, vejam da importância da celeridade desta ferramenta de justiça e, portanto, esta é uma realidade que pese embora ter sido instalada em Viseu, tem competência para todo o distrito, à exceção dos municípios de Tarouca e Resende que tem competência para o Centro de Arbitragem do Porto.

--- Todos os municípios que estão aqui têm uma resposta judicial ao nível de primeira instância com todas estas grandes vantagens. É uma realidade, é algo de extrema positividade para todos nós e o meu apelo e o motivo de vir divulgar esta ferramenta, é exatamente para que vocês sejam mensageiros da existência da mesma, para que ela efetivamente responda a tudo aquilo que são anseios da comunidade ao nível da justiça. Posso-vos dizer que a pendência, e não é só para Viseu, é mesmo para toda a região, temos já casos da grande maioria dos concelhos aqui presentes, nós inaugurámos a sete, desde o dia oito já temos oitenta e dois processos instaurados, já temos sete ou oito resoluções eficazes, porque todos os processos

compreendem duas fases, a fase da mediação e a fase da arbitragem, e ao nível da mediação muitos destes processos são resolvidos. -----

--- Fica aqui a publicidade, fica o apelo para a divulgação, na certeza de que a direção do CNIACC oportunamente contatará a CIM ao nível do seu Conselho, porque é uma ferramenta que merece a adesão de todos os concelhos aqui representados na CIM, por ser de relevo e de importância sobejamente grande para toda a região e para a resolução de conflitos de consumo”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Manuel Sousa Silva**, cuja intervenção se transcreve: “Aquilo que me traz cá é uma moção sobre a Estrada Nacional 16, que liga Termas de São Pedro do Sul exatamente aqui a Vouzela, são mil e setecentos metros e quero-vos enquadrar, para não estar a ler a moção, para ficarem a saber exatamente do que é que se trata.-----

--- Isto é uma história antiga, a Estrada Nacional 16 foi construída em mil novecentos e trinta e o traçado mantém-se original, o piso não, o piso é ótimo, o piso está maravilhoso, só que o traçado tem quase cem anos e, portanto, imaginem o que era a estrada há cem anos, não havia equipamentos. -----

--- Eu tive o privilégio de arranjar uma moção e criar, na Assembleia Municipal em São Pedro do Sul, com o Dr. Telmo, com o Senhor Presidente da Câmara, em São Pedro do Sul criámos de facto, em conjunto, conseguimos arranjar quatro mil e tal assinaturas e fomos à Assembleia da República. Foi recebido muito bem pelo Senhor Deputado, inclusivamente o Senhor Deputado Dr. Fernando Ruas também estava na Assembleia da República nessa altura e fomos muito bem recebidos. Acontece que a estrada ainda não se realizou e é extremamente sinuoso, portanto, são os tais mil e setecentos metros com treze curvas. Já houve vários acidentes mortais, entre os quais o representante aqui da GNR que vivia em São Pedro do Sul, ao fazer o trajeto foi esmagado numa curva, tive uma pessoa muito conhecida, que era filho do Delegado de Saúde de São Pedro do Sul, morreu ali e tive também um funcionário da empresa que lidero que também faleceu ali. Portanto, aquilo é de facto, um trajeto curto, mas que ainda não se resolveu e, volto ainda um bocadinho atrás, o que é que acontece, a Estrada Nacional 16 há quase trinta anos foi passada para as câmaras municipais, o trajeto de São Pedro do Sul a Viseu é responsável a Câmara de São Pedro do Sul, a Câmara de Vouzela e a Câmara de Viseu. Mas estes mil e setecentos metros não passaram para a responsabilidade de Vouzela, mantem-se nas Infraestruturas, que antigamente era a Junta Autónoma das Estradas, e mantem-se nas Infraestruturas de Portugal, porquê? Porque na altura houve um acordo, que de facto este troço, este pequeno troço de mil e setecentos metros, era para ser reconstruído, até hoje não foi feito,

Assembleia Intermunicipal

isto já lá vão quase quarenta anos, trinta e oito anos salvo erro. De maneira que a minha moção vem neste sentido, que se pudermos aqui pedir aos Senhores Deputados, se em função daquilo que lhes vou apresentar, votarem a moção. -----

--- *A Estrada Nacional (EN) 16 foi construída na década de 1930 e durante mais de 50 anos foi o principal eixo ferroviário de ligação entre Espanha e o centro de Portugal. Atualmente a maior parte do seu traçado está desativado ou é via urbana com pouco movimento.* -----

--- *Todavia, entre as Termas de São Pedro do Sul e Vouzela, num trajeto de 1700 metros, a EN 16 continua a ser o único acesso das populações do concelho de São Pedro do Sul à autoestrada A25 e às principais cidades do país, tais como Coimbra, Porto, Lisboa. Este é também o principal acesso da população de Vouzela e Oliveira de Frades ao Serviço de Urgência Básica de São Pedro do Sul, que serve estes concelhos.* -----

--- *É uma via de grande movimento rodoviário, com circulação de muitos automóveis ligeiros e pesados, transportando pessoas e mercadorias, nomeadamente as que são produzidas ou transformadas na região e provenientes das indústrias agroalimentar, avícola ou metalomecânica.* -----

--- *É o único acesso dos aquistas do litoral ao maior centro termal da península ibérica, bem como de todos os outros turistas que pretendem usufruir da paisagem, da gastronomia ou das unidades de alojamento da região, que no seu todo constituem a maior capacidade hoteleira do distrito de Viseu.* -----

--- *Resultado de um projeto com quase cem anos, esta via tem um traçado bastante sinuoso, com curvas de grau acentuado, em alguns locais com risco de derrocada e, devido ao seu intenso movimento, a EN16 compromete diariamente a segurança das pessoas, sendo local de numerosos acidentes, incluindo vítimas mortais.* -----

--- *Deste modo, venho solicitar aos colegas deputados do Conselho Intermunicipal que seja hoje aqui aprovada uma Moção de reivindicação à requalificação urgente da EN16, entre as Termas de São Pedro do Sul e Vouzela, e que a mesma seja remetida ao Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação, Eng. Miguel Pinto Luz e às Infraestruturas de Portugal".* -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Telmo Antunes**, cuja intervenção se transcreve: "Apenas para vos dizer que nos vamos associar a esta moção, como não podia deixar de ser, aliás a moção é uma réplica daquela que já foi apresentada nesta Assembleia Intermunicipal, nas Assembleias Municipais de Vouzela e São Pedro do Sul, e não podíamos deixar de estar de acordo para reivindicar esta obra de grande exigência para toda esta região de Lafões, a

Assembleia Intermunicipal

requalificação da Estrada Nacional 16, para que o novo Governo venha fazer desta obra uma realidade para bem das nossas populações”. -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 35 deputados presentes.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, **Vítor Figueiredo**, cuja intervenção se transcreve: “Quería só fazer aqui uma referência, que é a seguinte: Em relação aquilo que disse o Deputado Pedro Alves, no que diz respeito à questão da água, o Deputado Pedro Alves tem toda a razão. São Pedro do Sul está cem por cento com as Águas de Douro e Paiva, e eu vou explicar porquê. -----

--- Ao contrário daquilo que o Deputado João Tiago disse, as Águas de Douro e Paiva são as águas mais baratas que temos no País, e a água de Fagilde tão depressa não vai chegar a São Pedro do Sul. O projeto das Águas de Douro e Paiva é um projeto que está completamente pronto, tem financiamento para avançar a curto prazo e agora deixo já aqui uma dica também ao Deputado Pedro Alves, dado que também é Deputado na Assembleia da República, é ver porque é que isso não avança, porque efetivamente tem financiamento, há projetos e deve avançar imediatamente, porque efetivamente São Pedro do Sul não tem possibilidades de ir buscar a água a outro sítio, ao fim de certos estudos concluiu-se que tem de ser abastecido pelas Águas de Douro e Paiva. -----

--- Como disse, as Águas de Douro e Paiva são águas de qualidade e em quantidade, porque nós, por exemplo, temos a água do Vouga, mas a água do Vouga no inverno é o suficiente, mas depois chega o verão, que é quando toda a gente precisa e nós não temos água no Vouga, o Vouga praticamente seca.-----

--- De forma que, estamos a falar de águas de qualidade e quantidade e a melhores preços. O preço é muito acessível, e é claro que resolvia o problema de São Pedro do Sul, Vouzela e também parte de Oliveira de Frades. Oliveira de Frades é um caso um pouco à parte porque tem uma outra represa onde pode ir fazer as captações.-----

--- E, ao fim de tanto tempo e tantos estudos, efetivamente é a única solução que nós temos. A água de Fagilde para nós dá efetivamente para aqueles concelhos Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo e Viseu, mas não dá para São Pedro do Sul, derivado da questão da distância. E os estudos estão feitos e o dinheiro está lá para ser executado. -----

--- E porque é que as Águas de Douro e Paiva têm dinheiro?-----

--- É que eles são tantos consumidores, naquela região do Porto, que efetivamente o preço fica mais barato, ao contrário aqui de nós. Nós muitas das vezes, e vocês sabem, a maior parte de

Assembleia Intermunicipal

vocês são aqui de concelhos pequenos, as casas são muito separadas, nós temos muitas fugas de água, temos muito desperdício de água, os nossos concelhos têm para aí cerca de cinquenta por cento de desperdício de água e nós não podemos trabalhar assim, não podemos trabalhar com estas condições.-----

--- E as Águas de Douro e Paiva além de nos porem a água barata, ainda nos paga também os depósitos que nós temos construídos naquela faixa por onde a água irá passar, que por sua vez nos irá ajudar a fazer também a água em baixa.-----

--- Ou seja, a água em alta é feita por eles e a água em baixa seria feita por nós. De forma que, ao contrário daquilo que o Deputado João Tiago disse, para nós, para São Pedro do Sul e para a região de Lafões, e estamos a falar que não é só Viseu, é Viseu Dão Lafões, para a zona aqui de Lafões a água de Douro e Paiva é essencial e imprescindível.-----

--- E é essa a nossa opção e São Pedro do Sul e Vouzela também, está cem por cento com as Águas de Douro e Paiva, porque realmente é quem satisfaz melhor a nossa necessidade”.

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “Só dar aqui dois ou três contributos relativamente a algumas das questões já colocadas, nomeadamente na intervenção do Senhor Deputado José Tavares e também do Senhor Deputado João Tiago e que se prende com a questão relacionada com os incêndios e, também, a estratégia do território e da região.-----

--- De facto, foi dito aqui, que a Comunidade Intermunicipal, tem vindo, ao longo dos últimos tempos, a desenvolver um trabalho e a implementar uma estratégia naquilo que, habitualmente, se designa por resiliência da nossa floresta no âmbito da Proteção Civil Intermunicipal.-----

--- A Comunidade Intermunicipal fez um conjunto de investimentos e desenvolveu um conjunto de projetos estruturantes no território, relativamente a esta matéria, um trabalho, que não o tem feito sozinha, pois a Comunidade Intermunicipal tem funcionado como agregador de vontades, como facilitador, numa lógica de governação multinível, onde junta, obviamente, os Gabinetes Técnicos Florestais de cada uma das Câmaras Municipais associadas da CIM, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, e o ICNF.-----

--- Neste sentido, podemos afirmar que têm sido muitos os projetos, nomeadamente as Brigadas de Sapadores Florestais, a criação de um Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, que faz a coordenação estratégica e operacional com os Gabinetes Técnicos Florestais Municipais, sendo que a propósito da questão anteriormente colocada a este propósito, não podemos deixar de referir que já há um ano a esta parte, a Comunidade Intermunicipal, nesta

Assembleia Intermunicipal



lógica de governança multinível, criou a Plataforma Colaborativa para o Desenvolvimento Rural, sendo que integram esta plataforma o ICNF, a CCDR do Centro, o Turismo Centro de Portugal, a ANEPC, a GNR, os Grupos de Ação Local, onde se tem vindo a trabalhar em várias dimensões e diversos verticais, sempre relacionado com questões do desenvolvimento rural, e, obviamente, a questão da floresta e do seu valor económico é uma dimensão trabalhada a este nível.-----

--- Neste sentido, não posso deixar de informar que, recentemente, em Castro Daire, fizemos um workshop, numa reunião alargada desta mesma plataforma, onde foram abordadas as várias dimensões de intervenção com vista à criação de uma proposta de valor que a Comunidade Intermunicipal, em nome da região, vai fazer chegar ao Senhor Ministro da Agricultura e ao Senhor Secretário de Estado das Florestas, uma vez que, como por certo será do conhecimento dos Senhores Deputados, a Resolução de Conselho de Ministros, nº 130-B/2024, de 27 de setembro, uma vez que o Ministério da Agricultura está a auscultar as Comunidades Intermunicipais e os Municípios, relativamente a um plano de intervenção para a floresta, pelo que estamos, neste momento, a preparar a proposta da região, uma proposta que vai ser presente ao Conselho Intermunicipal, depois de termos auscultado os parceiros do território.-----

--- A este propósito, permitam-me, ainda, que refira que, na opinião da CIM, há a necessidade de o Governo perceber a criticidade de serem removidos diversos obstáculos jurídicos, que serão objeto de propostas da CIM, em várias dimensões, como sejam a valorização económica, social e ambiental da floresta, a gestão e o ordenamento florestal, bio economia florestal, a valorização económica dos produtos não lenhosos da floresta e a simplificação e desburocratização.-----

--- Portanto, se olharmos para a floresta enquanto valor económico, juntando aquilo que são fundos públicos e fundos privados, e aquilo que é combinação cruzada entre as várias fontes de financiamento, estaremos no caminho de tornar as nossas florestas mais resilientes e economicamente mais proveitosos e ambientalmente mais eficientes.-----

--- Estamos, pois, perante um conjunto de propostas que iremos apresentar ao Senhor Ministro da Agricultura e ao Senhor Secretário de Estado das Florestas, resultado das análises efetuadas em parceria com os demais atores do território.-----

--- Permitam-me, também, referir que no mencionado workshop realizado em Castro Daire, foram apresentadas propostas e ouvidos todos os parceiros presentes, as quais estamos, também, a analisar e a sistematizar para levar em consideração no nosso documento final.-----

Assembleia Intermunicipal

--- Uma outra questão que, também, foi colocada, tem a ver com a questão das Unidades Móveis de Saúde.-----

---A este propósito estamos em condições de, hoje, comunicar a esta Assembleia Intermunicipal a novidade, que se prende com o facto de as Unidades Móveis de Saúde chegarem ao território na próxima quarta-feira, sendo que serão entregues na sexta-feira aos municípios.-----

--- Foi um processo muito complicado, que tem muito a ver com a gestão do PRR, sendo que a CIM, em devido tempo, discordou sobre o modelo de governação do PRR. O PRR que está centralizado na Administração Central do Estado, e isto foi um exemplo do que correu mal, uma vez que a CIM tinha uma candidatura para as Unidades Móveis de Saúde, sendo que esta candidatura migrou para a ARS do Centro e ao migrar para a ARS do Centro, a CIM deixou de ser entidade promotora para ser a Administração Regional de Saúde do Centro, pelo que a região está já há três anos à espera destas viaturas.-----

--- Finalmente vamos ter estas viaturas. Contudo não tenho dúvidas nenhuma que se este processo estivesse na Comunidade Intermunicipal e tivesse sido como a Comunidade Intermunicipal propôs, em devido tempo, já tínhamos as viaturas há muito tempo ao serviço das populações, até porque a CIM já tinha um procedimento concursal lançado, como os Senhores Deputado sabem, para adquirir estas viaturas.-----

--- Por último, permitam-me que refira que estas viaturas, são as viaturas relacionadas com a candidatura da CIM com vista à aquisição de Unidades Móveis de Saúde, que nada têm a ver com a questão das viaturas referentes ao processo de descentralização de competências entre os municípios e a Administração Central do Estado”.-----

--- Retomou a palavra a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, Cilene Gomes Lindinho, que verificando a inexistência de mais pedidos de intervenção deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

--- Período da Ordem do Dia -----

--- **Quanto ao primeiro ponto da ordem de trabalhos** – Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM, entre o dia 30 de abril e o dia 15 de novembro de 2024, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Rui Santos**, cuja intervenção se transcreve: “Queria aproveitar este ponto para pôr uma questão de base. Eu sei que isto é, sabem a minha opinião, a maior parte estão cá há mais tempo, isto é um Órgão de ratificação de coisas e hoje tivemos

Assembleia Intermunicipal

aqui um momento em que deixámos de ser isso, isto é, fomos uma Assembleia política que é aquilo que um órgão deliberativo destes também é, mas esta Assembleia tem um Regimento, são seis horas e cinco minutos, a Assembleia iniciou-se há quase duas horas e uns minutos, e o nosso Regimento diz que o período antes da Ordem do Dia tem a duração de uma hora e que se inscrevem. Eu não tenho nada contra que se alargue, pelo menos fazemos alguma discussão mais aberta, o que acontece é que é preciso alterar o Regimento, que é para todos quando vimos para aqui sabermos com o que contamos e aquilo que aconteceu hoje é contra tudo isso.-----

--- Eu, ainda numa reunião com alguns meus camaradas deputados que estão aqui, disse quando queriam preparar alguma coisa, que era preciso ter atenção aos tempos que estão fixados no Regimento, porque senão outras coisas poderiam ter sido preparadas e ditas. Ora a forma como isto foi conduzido levou a que haja uma enorme desigualdade entre os diversos deputados que estão nesta Assembleia, porque uns puderam usar da palavra como entenderam, não vou contra isso, mas acontece que outros não o puderam fazer. Isto tem de acabar nesta Assembleia, é tão simples quanto isto e isto envolve a atividade geral da CIM, por isso é que eu estou a levantar aqui, porque nós também precisamos de ter eficácia, a CIM é uma Associação de Municípios, é uma autarquia que precisa de ter eficácia no seu funcionamento. Esta é uma questão genérica que deixo aqui para pensarem, se calhar outras coisas justificariam que se pensasse no funcionamento das CIM's, que não é um problema das CIM em si, das estruturas que tem, é um problema de enquadramento geral, mas isso é uma outra questão. -----

--- A questão que eu queria aqui pôr e que se prende aliás com o que aqui está em termos de atividade, não é bem um problema do relatório de atividades, Senhor Secretário Executivo eu só gostaria de saber se a CIM ainda faz acompanhamento das questões do IP3, porque foi criado um grupo, que acompanhou, por acordo, etc., e, portanto, talvez nos pudesse dar alguma informação, nomeadamente se já há avanços mais decisivos em relação ao troço Rojão Grande – Nó de Treixedo, que é a única questão que é mais polémica naquilo que já está adjudicado e a iniciar-se nos trabalhos e, no final, porque isto levanta uma questão de fundo, que a CIM tem de dizer, eu ouvi declarações agora, no caso do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, que diz que deve ser tudo duplicado em quatro vias, eu não tenho nada contra, eu só quero saber é se a duplicação que se pensa, como era o caso da Via dos Duques, tem uma série de troços que exigem o pagamento de portagens, isso é que eu quero saber e quem é que paga, aliás a Via dos Duques e aquilo que se fala não é de agora, eu já estou velho, acho que ainda não tenho alzheimer, e, portanto, ainda me vou lembrando de algumas coisas.-----

Assembleia Intermunicipal

--- Eu quero saber que a primeira ideia da A14 e a continuação para autoestrada, por exemplo, foi do tempo do Professor Cavaco Silva e do Ministro Ferreira do Amaral. Eu saúdo-os pelo facto de terem feito o IP3, como existe, eu fui utilizador diário do IP3 durante seis anos, entre o troço Viseu – Coimbra, ida e volta, a guiar, e, portanto, sei o que é o IP3, quais são as maiores dificuldades e o que era o IP3 no início e o que é o IP3 hoje, que é logo uma diferença significativa, não é só o piso de betão que havia na zona de Penacova, foram as duplicações na zona da Raiva, que foram feitas no acesso para Oliveira do Hospital, todas essas questões foram feitas já depois, por acaso no tempo do Engenheiro António Guterres, que foram decididas. O troço entre a Lagoa Azul e o Rojão Grande já existia, foi feito no tempo em que foi feita a Barragem da Aguieira, é anterior a todas essas questões. Eu conheço a história, ainda por cima eu vivi muitos anos em Santa Comba Dão, onde comecei a minha atividade profissional e, portanto, eu conheço bem isso e fiz muitas centenas de vezes a estrada do Luso para ir para Coimbra, por isso é que eu digo, muito bem saúdo quem fez o IP3, que foi um grande avanço. -

--- Mas agora precisamos de saber como é, é dessa altura que vem isso. Houve um processo de autoestrada, do tempo do Engenheiro Sócrates, que por acaso até teve a linha diretriz do percurso de Viseu para baixo marcada, havia estacas ao pé da minha aldeia, onde estava marcado para se fazer o resto, mas depois isso caiu porque houve uma coisa que se chamou crise financeira mundial, que por acaso começou nos Estados Unidos, não começou em Portugal, e que fez com que tudo isso fosse travado. Eu por acaso sou daqueles que pergunto, quanto é que custará, se houver portagens, uma viagem para um carro pesado, ou para um transporte público, que precise de fazer quatro ou cinco vezes por dia a viagem Viseu – Coimbra, quanto é que isto custará e se por acaso esses custos não têm repercussão nos custos da atividade empresarial e outros. Se isso não reduz a atratividade do território. É um facto que as boas vias para chegada, também são as boas vias para saída.-----

--- Portanto, eu gostaria muito de saber o que é que há. Se a CIM que tem esse grupo de acompanhamento tem alguma informação, neste momento, mais desenvolvida sobre o que é que está neste momento já definido em termos de IP3” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Gonçalo Ginestal**, cuja intervenção se transcreve: “Venho aqui dar nota de duas situações que nos preocupam e gostávamos de ver esclarecidas. Primeira delas é a coincineração, e gostaríamos que o Senhor Vice-Presidente do Conselho nos dissesse, claramente, se existe ou não, a possibilidade de ser instalada na área de influência de Viseu Dão Lafões uma estrutura de coincineração. Escusado será dizer que vemos com muita

Assembleia Intermunicipal

preocupação essa hipótese, tendo em conta os impactos ambientais, os riscos para a saúde pública e o impacto económico e social que poderá ter.-----

--- A outra questão tem a ver com a estratégia local de habitação. Sabemos que a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões estabeleceu um protocolo com o IHRU, para investir oitenta e sete milhões euros em habitação acessível em nove municípios, com previsão de quinhentas e sessenta e nove, novas habitações até dois mil e vinte e seis. Em Viseu, um investimento de mais de treze milhões de euros vai disponibilizar oitenta e cinco fogos requalificados, com foco na fixação de população e dinamização local. Apesar de avanços na implementação de projetos, a preocupação com a coesão territorial permanece pertinente, dado que áreas do interior continuam a enfrentar desafios, como a desertificação e o envelhecimento populacional. -----

--- O Governo em funções está agora a privilegiar aqueles concelhos que estão com melhor execução. Vimos com apreensão que concelhos com menos recursos económicos e sobretudo do interior, não estejam a ter os seus projetos aprovados. -----

--- Eram estas as duas questões que gostaríamos de ver esclarecidas”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, **Vítor Figueiredo**, e cuja intervenção se transcreve: “Senhor Deputado o que lhe posso dizer sobre coincineração é que a nível de região centro está-se a prever a construção de uma. Nós, Presidentes de Câmara, ainda não deliberamos sobre isso, poderíamos ver com bons olhos, porque nós tivemos recentemente a fazer uma visita a um espaço idêntico e vimos que havia boas condições, se conseguíssemos trazer para a nossa região uma coisa daquele tipo, mas seja como for, sei que já houve um Presidente de Câmara que já veio falar sobre isso, mas nada está decidido sobre isso e terão de ser os Presidentes todos juntos a decidir sobre essa matéria”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “Senhor Deputado Rui Santos, relativamente à questão do IP3, sim, a CIM continua a acompanhar o processo do IP3, como sempre o tem feito. Sei que o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal já reuniu, inclusivamente, com o Senhor Ministro das Infraestruturas, e com o Senhor Ministro da Coesão Territorial, relativamente à matéria do IP3, sendo que a posição da Comunidade Intermunicipal relativamente ao IP3 não divergiu daquela que era no passado e que coincide aliás com um alinhamento estratégico e político com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Neste alinhamento, como sabem o IP3, em termos de requalificação estava previsto oitenta e cinco por cento, duas/duas vias em cada sentido, doze por cento, duas num sentido e uma via no outro sentido e três por cento, uma/uma vias em cada sentido, em termos de faixas e, portanto, o que a Comunidade Intermunicipal da Região

Assembleia Intermunicipal

de Coimbra e de Viseu Dão Lafões, num alinhamento estratégico e publicamente tornado público através de um comunicado fizeram, ainda no vigência do anterior Governo, foi que avançassem as obras de requalificação que estavam previstas, assim como aquele procedimento concursal que teve agora o visto do Tribunal de Contas, que vai desde o Nó de Santa Comba Dão até Viseu, mas que nos restantes quinze por cento fosse estudada uma alternativa, toda em perfil de autoestrada. -----

--- Assim, isto é o que defendemos no passado, e que continuamos a defender junto do Governo, não tendo conhecimento, ainda, de qual é a decisão do Governo relativamente a esta matéria. -----

--- No tocante às questões colocadas pelo Senhor Deputado Gonçalo Ginestal, nomeadamente no que concerne à estratégia local de habitação, dar nota que a Comunidade Intermunicipal, está a acompanhar todo o processo relativamente ao arrendamento a custos acessíveis. -----

--- Ainda relativamente a esta matéria da habitação, permitam-me que refira que, para a CIM, a estratégia de habitação é uma grande oportunidade para o País e para a nossa região, nomeadamente ao procurar capacitar os territórios de promoverem a requalificação de edifícios e ao mesmo tempo ter a capacidade de atrair residentes para as zonas de baixa densidade. ----

--- Este processo tem sido um processo muito complicado, não só na nossa região, mas em todo o País, pois todas as comunidades intermunicipais tem tido enormes problemas, muito pelo facto de o IHRU ser organismo intermédio na estratégia local de habitação, o que tal como anteriormente referido faz com que estes processos de financiamento comunitário, geridos pela Administração Central, sejam tudo menos céleres e eficientes, como seja o facto de termos processos que estão meses sem ter resposta por parte do IHRU. -----

--- Neste sentido foi agora definido, para o caso concreto do arrendamento a custos acessíveis que iremos realizar reuniões semanais entre a Comunidade Intermunicipal, entre a Comunidade Intermunicipal, o IHRU e uma equipa da Secretaria de Estado da Habitação, exatamente para analisar processo a processo, município a município, onde é que está o processo, o que falta resolver, para meter os processos a andar. -----

--- Assim, iremos ter, na próxima quarta-feira, uma reunião, onde vai estar o Senhor Presidente do IHRU e toda a sua equipa, a CIM e os Senhores Presidentes de Câmara, para fazer uma análise, quer naquilo que tem a ver com o primeiro direito, e com o arrendamento a custos acessíveis.

--- Portanto, sabemos daquilo que estamos a falar em termos de prazos de dois mil e vinte e seis, sabemos da dificuldade da obra e da obra pública que é necessário fazer, não só na

habitação, mas em tudo o que é PRR, e, também, em tudo o que é Portugal2030, razão pela qual estamos a acompanhar, com muita preocupação, o processo, que está muito atrasado.-----

--- Há até quem diga, já apareceu nos jornais, que o IHRU implodiu com todo este processo, porque não tem recursos humanos, isto tem a ver, exatamente, com um processo, relativamente ao qual a CIM teve razão antes do tempo, a CIM Viseu Dão Lafões e as CIM's da Região Centro, todas, dissemos, quando foi definido o modelo de governação do PRR, que deveria haver uma territorialização do PRR, o nome é nosso, com uma capilaridade na sua execução e com uma capilaridade na sua gestão, não obstante, ter de haver, obviamente, uma centralização, na monitorização e de acompanhamento. O que acontece é que nós no PRR temos oitenta e tal organismos intermédios e não aproveitámos a gestão, a competência e o know-how que havia e há nas CCDR's e nas Comunidades Intermunicipais para fazer essa gestão.

--- Para concluir permitam-me que dê o seguinte exemplo: a questão das escolas do PRR andavam paradas, há não sei quanto tempo, as escolas passaram para as CCDR's e em pouco tempo foram submetidas candidaturas, foram analisadas e foram assinados contratos. -----

--- Portanto, está aqui um exemplo relativamente a isso, mas pronto, o processo está atrasado, está muito atrasado, e estamos agora a tentar recuperar o tempo perdido".-----

--- **Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da 2.ª revisão orçamental, do exercício económico de 2024, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões.-----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 35 deputados presentes.-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- **Quanto ao terceiro ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2025, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea c) do nº 1 do artigo 23º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: "começo por dar uma nota relativamente à proposta de Mapa de Pessoal não diverge muito da última proposta de Mapa de Pessoal, que foi aprovado na última Assembleia Intermunicipal de abril, onde houve também uma correção ao Mapa de Pessoal, ela reflete também um bocadinho a necessidade que a CIM tem de recrutar recursos técnicos. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Para terem uma ideia, nós dentro de pouco tempo vamos estar a gerir um contrato de prestação de serviços rodoviário, a partir de abril, quando acaba o período de transição, onde é mais complexo do que gerimos atualmente, porque a receita vai estar do lado da Comunidade Intermunicipal e toda a gestão da bilhética.-----

--- Acresce, ainda, o facto de termos não só a gestão de fundos comunitários, mas também, em tudo que é hoje a dimensão do trabalho da Comunidade Intermunicipal entre as várias áreas e os vários domínios temáticos que hoje trabalha. -----

--- Portanto, este Mapa de Pessoal prevê, exatamente, esta capacitação que é necessário ter nas equipas técnicas e, também, a necessidade de recrutar vários recursos técnicos para a Comunidade Intermunicipal. -----

--- Os concursos não decorrem com o tempo que nós desejaríamos, são sempre processos muito complicados, que só agora é que estamos a concluir muitos processos que iniciámos no ano de dois mil e vinte e quatro, nomeadamente para a área dos transportes, para a área das equipas de sapadores florestais e para a área da gestão de fundos comunitários”. -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 35 deputados presentes.-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

-- **Quanto ao quarto ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da proposta de Orçamento e Plano de Atividades para o exercício económico de 2025, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “Permitam-me que dê dois ou três contributos que acho importante nesta proposta de Orçamento e Plano de Atividades. -----

--- Os Senhores Deputados receberam todos aquilo que é a nossa proposta de Orçamento e Plano de Atividades, com detalhe relativamente à explicitação dos grandes números do orçamento, e, obviamente, também, a explicação das principais grandes opções do plano e dos projetos que a Comunidade Intermunicipal tem vindo a dinamizar. -----

--- Todas as linhas estratégicas do documento estão, também, alinhadas com aquilo que é a estratégia da região Viseu Dão Lafões, para o período 2030 e, ainda, com aquilo que tem vindo a ser a cadência e o trabalho que a Comunidade Intermunicipal tem vindo a desenvolver com os seus catorze municípios e com os diversos atores do território. -----

Assembleia Intermunicipal

--- No domínio da transformação digital, dar nota que a Comunidade Intermunicipal contratualizou com o PO Centro 2030, cento e dezoito milhões de euros e vai continuar o trabalho que tem vindo a desenvolver neste domínio da transformação digital bem como na disponibilização dos serviços aos municípios e às empresas. -----

--- A este nível não posso deixar de recordar que a CIM Viseu Dão Lafões foi pioneira quando em dois mil e nove, dois mil e dez, fez, pela primeira vez, o alinhamento do ponto de vista da transformação digital e da modernização administrativa, numa lógica de não deixar nenhum município para trás em função da sua dimensão. -----

--- Demos na altura o nome “Um Modelo, Catorze Municípios”, pelo que, no domínio da desmaterialização de processos e no domínio dos serviços online, hoje, entrar na câmara de Vila Nova de Paiva, de Aguiar da Beira, ou de Vouzela, por exemplo, é exatamente igual a entrar, em termos de serviços online, numa câmara municipal como são as de Tondela, de Viseu ou de Mangualde. Foi esta uniformidade de procedimentos que a Comunidade Intermunicipal fez, ao nível da modernização administrativa. -----

--- Hoje, estamos a trabalhar numa nova dimensão, passando, também, na dimensão da inteligência territorial, ligado à questão da ciência dos dados, à combinação cruzada dos dados, em que o foco da política pública está muito nas pessoas, está muito no serviço que conseguimos prestar às pessoas, sendo que uma destas áreas hoje já estamos a trabalhar, tem a ver com a questão da smart mobility, onde, dentro de pouco tempo, quando tivermos o serviço público de transporte de passageiros a funcionar, vamos ter uma aplicação e um facilitador em tudo que é a utilização do serviço público de transporte de passageiros que depois faz a ligação com o Serviço Público de Transporte Flexível, IR e VIR, e fará, também, a ligação com o serviço de bikesharing, as nossas bicicletas da rede BORA. -----

--- Assim, não podemos deixar de dar nota, também, que no âmbito da inteligência territorial, submetemos, recentemente, uma candidatura de dois milhões de euros, para plataformas de gestão urbana, onde, mais uma vez, fizemos o alinhamento com as nossas catorze câmaras municipais, submetendo uma candidatura intermunicipal, onde estamos a trabalhar nos verticais da proteção civil, da mobilidade, do turismo, da economia, da água, dos resíduos, com o intuito de passarmos a ter um conjunto de informação que cruzada entre si permitirá obter informação de gestão que melhorará a tomada de decisão, o que se nos afigura decisiva para a definição dos caminhos a trilhar nos próximos tempos. -----

Assembleia Intermunicipal



--- Isto, tem muito ver com aquilo que eu disse há pouco, com a Plataforma de Cooperação para o Desenvolvimento Rural, isto é, objetivamente perceber o que é que cada um faz e ver que projetos é que podem ser dinamizados, em função dos atores que queiram dinamizar esses projetos, garantindo um alinhamento estratégico e operacional na política pública. -----

--- Já no âmbito da intervenção do centro de informação europeia, Europe Direct Viseu Dão Lafões, tem presença efetiva no nosso território há quatro anos, sendo a CIM a entidade de acolhimento, estando a trabalhar as regiões de Viseu Dão Lafões e de Aveiro. Salientar, ainda, que em maio de 2025 vamos fazer uma nova candidatura para mais cinco anos, onde vamos, novamente, estar a competir com outras regiões do País. -----

--- A sua intervenção primordial visa melhorar a literacia das populações e das empresas sobre a Europa e sobre as instituições da União Europeia. Temos ido a muitas escolas, a vários níveis de ensino, temos também recebido, curiosamente na Casa do Adro, onde está instalado o Centro Europe Direct, visitas de várias universidades sénior do território que vêm à Casa do Adro. -----

--- Portanto, tem sido um projeto muito importante em termos de discussão pública sobre a relação que existe entre o cidadão e a Europa e o que é que a Europa representa para eles e, permitam-me que dê esta nota, que foi com alguma surpresa que verificámos que, em muitos alunos, em muitas escolas, a questão do que é que é a Comissão Europeia, o que é que são as instituições europeias, quantos países pertencem à União Europeia, há um desconhecimento muito grande relativamente a isso, até sobre a questão dos fundos comunitários. -----

--- Uma nota que, também, gostaria de aqui deixar, prende-se com a Rede Intermunicipal de Bibliotecas, que a CIM dinamiza, sendo esta uma Rede Intermunicipal de Bibliotecas Públicas, onde temos feito um elevado número de investimentos, sempre numa lógica de escala. -----

--- Neste sentido, vamos equipar, na próxima semana, todas as bibliotecas da nossa região com equipamentos informáticos, livros digitais, com o agregador de catálogos e, trabalhado com as nossas bibliotecas, em projetos conjuntos, também aqui numa lógica de parceria e de complementaridade das várias bibliotecas. -----

--- Numa outra dimensão, estamos a trabalhar, projetos que achamos, também, importantes ao nível da Comunidade, como seja o Orçamento Participativo, onde estamos agora a desenhar, em sede do Conselho Intermunicipal, aquilo que será o regulamento e a forma de aplicação deste mesmo Orçamento Participativo. -----

--- Aproveito, ainda, o ensejo para informar que temos uma candidatura aprovada, um projeto piloto a nível nacional, financiado pelo PRR, que tem a ver com o desenvolvimento de casos de uso.-----

--- Mas o que é que é isto de desenvolvimento de casos de uso?-----

--- É um projeto piloto que temos no domínio do 5G, em parceria com a AMA, onde vamos colocar, não estando, ainda, decidido o local ou locais onde vai ser implementado, nomeadamente em que concelho ou concelhos da Comunidade Intermunicipal onde de facto haja pessoas idosas vulneráveis e que vivam sozinhas, sendo que através de tecnologia 5G, vão promover a monitorização remota dos seus dados de saúde, o acesso a serviços de saúde remotos e gestão e tratamentos de saúde, sendo que iremos desenvolver este trabalho, não só com os nossos municípios, mas em perfeito alinhamento com a Unidade Local de Saúde Viseu Dão Lafões e também com o Centro Distrital de Segurança Social.-----

--- Falta dizer, que é um projeto piloto, em três freguesias e iremos decidir depois em quais, também em função dos dados que vierem da segurança social, para depois sabermos se podemos ou não, fazer a disseminação deste projeto pelo nosso território.-----

--- Em termos da formação, iremos continuar a apostar na formação e na capacitação dos funcionários das câmaras municipais associadas da CIM Viseu Dão Lafões. Não posso deixar de referir que neste âmbito submetemos uma candidatura ao Centro 2030, com vista à capacitação dos funcionários, entre outras áreas, nas áreas da descentralização de competências, da saúde, da educação e da ação social.-----

--- Continuamos com o processo do BUPi, na área da informação cadastral. Um projeto estruturante para o território, sendo que nós acabámos o primeiro projeto como a região do País com mais número absoluto de matrizes registadas no BUPi, muito fruto, pensamos nós, da estratégia de intervenção, da capilaridade no território.-----

--- Nesta área nos implementamos um conjunto de equipas móveis que andam nas viaturas do projeto, durante todo o dia, que vão ao sábado ter com as populações, que vão no domingo fazer atendimentos nas sedes das juntas de freguesia ou de associações, sendo que os Senhores padres avisam da sua presença, lugar a lugar e aldeia a aldeia.-----

--- Este é mais um exemplo da forma como a Comunidade Intermunicipal se posiciona e desenvolve a sua intervenção em diversas áreas, ou seja, tem-se colocado sempre num papel de governança multinível e de facilitador, trabalhando nos projetos, sempre, numa lógica de complementaridade, evitando sobreposições, evitando redundâncias e de avaliação das oportunidades de alavancar projetos que já existem no território.-----

--- Como é do conhecimento de todos, o trabalho que a CIM tem vindo a fazer, no domínio do turismo, com os municípios, com o Turismo Centro de Portugal, e demais atores públicos e privados da restauração, do alojamento, tem sido um trabalho bem feito.-----

--- Quando dizemos que temos feito, é a região, não é a Comunidade Intermunicipal, é a região nas várias dimensões do produto gastronomia e vinhos, turismo de natureza, hoje temos as principais portas de entrada, que são as Ecopista do Dão e do Vouga, aquilo que é a saúde e o bem-estar e os números também falam por si, não pode ser só sorte, também tem de ser trabalho.-----

--- Nós hoje assistimos, na nossa região, ao aparecimento, no espaço de um ano, em concelhos, que não o de Viseu, de dois hotéis de quatro estrelas e um hotel de cinco estrelas. Tivemos vários restaurantes a aparecer com iniciativas e com projetos na Comunidade Intermunicipal, ligado à questão do sistema de incentivos de base territorial, que tem muito ver com a questão do turismo e a CIM, a região até setembro de dois mil e vinte e quatro, relativamente a dois mil e vinte e três, cresceu catorze por cento, em termos de dormidas, quando o Centro de Portugal cresceu sete por cento e o País cresceu quatro por cento, portanto, estamos a crescer o dobro da Região Centro de Portugal.-----

--- Não posso deixar de dar nota do trabalho que temos vindo a fazer nas várias áreas do produto gastronomia e vinhos, a questão do enoturismo, sendo que o enoturismo está a crescer a dois dígitos, Portugal foi considerado, na passada semana, como o maior destino europeu de enoturismo e, portanto, relativamente a isso, acho que na região Dão, ainda há muito trabalho a fazer naquilo que é o Dão, sendo que nós, neste momento, temos doze, treze operadores no território com capacidade para receber turistas, com capacidade para ter uma loja de vinhos, alguns deles com capacidade de alojamento, pelo que agora o que temos de fazer é incentivar esses agentes económicos, pelo que temos em curso grande processo de capacitação.-----

--- Outra coisa que é necessário fazer é que aqueles pequenos agentes económicos tenham apoios para capacitarem as suas unidades para, também, poderem integrar a Rota dos Vinhos do Dão., sendo que no Âmbito do enoturismo temos vindo a trabalhar em parceria, estreita, com a Comissão Vitivinícola Regional do Dão.-----

--- Os percursos pedestres que povoam a região, e que sofreram, agora, uma machadada com os incêndios nas zonas de São Pedro do Sul, de Castro Daire e de outros territórios, pelo que a Comunidade Intermunicipal, é ela que, também na sinalização, cuja marca é Viseu Dão Lafões Apaixone-se!, estamos a fazer a requalificação e novamente a instalação de toda a sinalética que ardeu nos incêndios.-----

Assembleia Intermunicipal

- Ainda neste âmbito temos a questão da Rota das Aldeias do Caramulo, num projeto que estamos a desenvolver ao nível do walking e do cycling. -----
- Ainda falando de turismo, estamos a olhar muito para as tradições, para o artesanato. O projeto Craft, que nós tivemos na Rota do Saber Fazer, é, também, pegar nas tradições, sendo que ainda há pouco tempo tivemos o guia Boa Cama, Boa Mesa, a falar deste projeto, que é o projeto Craft, onde inclusivamente fizeram uma reportagem sobre os bordados de Tibaldinho, no Município de Mangualde, fruto deste trabalho, e esta Rota do Saber Fazer que percorre os vários percursos do território.-----
- Uma outra vertente que, também, estamos a desenvolver é o megalitismo, que, como sabem, a CIM está a desenvolver um processo de promoção, tendo para o efeito criado a Rota do MEG, enquanto estamos a preparar um processo de classificação da Rota do Megalitismo como Património Mundial da UNESCO.-----
- Estamos a trabalhar com a Universidade do Algarve, com o Professor António Faustino, que conta com a colaboração e apoio de um conjunto de consultores de outras universidades europeias, num dossier que contamos, obviamente, integrar para a candidatura do nosso património megalítico onde o expoente máximo é Antelas, aqui em Oliveira de Frades. -----
- Ao nível da cultura pretendemos continuar a trabalhar com a Rede Cultural Viseu Dão Lafões, que queremos continuar a dinamizar como o temos feito até aqui. -----
- Uma questão importante do Turismo e que a CIM está a acompanhar tem a ver com a valorização dos produtos endógenos. Estão neste momento a ser submetidas candidaturas ligadas à questão dos PROVERES. -----
- Os PROVERES são programas de valorização dos recursos endógenos da região. A CIM Viseu Dão Lafões preside a um destes consórcios, ao consórcio dos Queijos Centro de Portugal, mas temos, também, o processo relacionado com a valorização dos Territórios Termais, o Portugal Romano, onde temos São Pedro do Sul e Mangualde, a integrar a parceria e, estamos num processo, que estamos a começar a dinamizar no nosso território, que é o Náutico. -----
- As estações náuticas em águas interiores, nomeadamente nas nossas praias fluviais, com a Comunidade Intermunicipal também a integrar esta parceria do Náutico, onde também está São Pedro do Sul, mas não só, pois estão outros municípios que estão agora a aparecer com a acreditação junto do Fórum Oceano. As estações náuticas são mais um produto que nós queremos dinamizar e depois fazer a combinação cruzada com outros produtos da região. -----
- Continuando nesta área do turismo, agora cruzado com a vertente agro, temos um projeto europeu, do Interreg SUDOE, que estamos a dinamizar e que entrará em pleno desenvolvimento

Assembleia Intermunicipal

9
M

no ano de dois mil e vinte e cinco, sendo que toda esta estratégia é feita de forma alinhada estratégica e operacionalmente com os nossos municípios e com o Turismo Centro de Portugal.

--- Apesar de já ter feito menção ao trabalho desenvolvido pela CIM na área da proteção civil não posso deixar de aqui dar nota que a CIM tem vindo a desenvolver um trabalho, que digo-o muitas vezes, desde os alicerces, de base, relativamente à proteção civil, com parceiros privilegiados, que são o ICNF e o Comando Sub-Regional da ANEPC. A este propósito dar, ainda, nota que a CIM vai, também, apresentar uma candidatura, agora em dezembro, relativamente aquilo que são os investimentos no domínio da proteção civil intermunicipal, investimentos na lógica de partilha de meios à escala intermunicipal. -----

--- Não podemos continuar a ter tudo, não podemos continuar a ter um mesmo carro em cada corporação de bombeiros e, relativamente a isto, dar nota que estes investimentos foram consensualizados com a Autoridade Nacional de Emergência e de Proteção Civil, numa reunião que, inclusivamente, foi tida com os presidentes das corporações de bombeiros da nossa região, e com os seus comandantes, sendo que o caminho não foi pacífico, mas saiu-se de facto de lá com um alinhamento e com uma proposta daqueles investimentos que são estruturantes e são necessários. -----

--- Não posso deixar de referir que isto está alinhado com os nossos gabinetes técnicos florestais de cada uma das câmaras, quais são aqueles investimentos que são necessários, que são estruturantes e que têm de estar numa lógica de partilha de meios num centro de serviços partilhados, para poder servir os municípios em caso de emergência e, aqui também se inclui o trabalho que fazemos com os nossos sapadores florestais. -----

--- Relativamente a esta área devo referir que nós continuamos com vários projetos europeus na área da proteção civil, são muitas as fontes de financiamento que temos. Temos o projeto Life Landscape Fire, que agora candidatámos a uma segunda fase de replicação, nós neste momento, a problemática do fogo controlado, que é uma coisa importante, foi o fogo controlado que foi feito ao abrigo do projeto Life Landscape Fire, que ajudou na época dos incêndios a parar os mesmos em determinados sítios da região. -----

--- Nós, neste momento, temos vinte e cinco técnicos de fogo controlado, antes de termos iniciados este projeto tínhamos um, e temos setenta e cinco operacionais de queima, quer nos técnicos das câmaras, nos bombeiros e também nas unidades de emergência de proteção e socorro da GNR e os sapadores da nossa CIM. -----

--- Dar nota que relativamente a isso, o fogo controlado já evitou, nestes grandes incêndios, também o contágio, em algumas margens e em algumas zonas, e nós fizemos a filmagem de

Assembleia Intermunicipal

drone, dois dias depois dos incêndios, exatamente para demonstrar a importância que tem a técnica do fogo controlado. Portanto, vamos continuar este trabalho, aliás, esta semana está sol e quarta-feira e quinta-feira vamos novamente fazer novas ações de fogo controlado no nosso território e replicá-lo em outras regiões. -----

--- Temos ainda um projeto europeu, implementado em Carregal do Sal e em Vouzela, o Life Nieblas, um projeto com grande efeito demonstrador, para dar uma nota, nós tivemos televisões francesas, tivemos a revista alemã Der Spiegel, tivemos aqui uma televisão chinesa, tivemos várias reportagens de órgãos de comunicação estrangeiros relativamente a esse projeto, pelo efeito demonstrador que tem, que é a rega através da captação da neblina. E vamos agora também testar noutro projeto europeu, que é a rega ao nível da agricultura, através desses mesmos coletores de neblina. -----

--- No âmbito das alterações climáticas nós fomos a primeira Comunidade Intermunicipal do País a ter uma Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas e agora estamos a alinhar também os Planos de Ação Climática de cada um dos municípios, é a CIM que está a liderar esse processo, com cada uma das câmaras. -----

--- São muitos projetos europeus que nós estamos, ou como chefes de fila ou como parceiros, muito nesta lógica da sustentabilidade, muito na lógica da questão das alterações climáticas e também da proteção civil intermunicipal, nesta capacidade que temos de ter, de cada vez mais sermos recetores de fundos comunitários e participar em redes internacionais de vários projetos, para também, esta questão das boas práticas, e depois o teste e a disseminação dessa boa prática noutros territórios. -----

--- Outro projeto ligado à questão do termalismo, que é o GreenSPAS, sendo que recebemos, há quinze dias, várias termas de várias regiões da Europa nas Termas de São Pedro do Sul e do Carvalhal, pois são oito parceiros de sete países distintos, França, Bélgica, Itália, Portugal, Polónia, Áustria e Lituânia, num projeto de quase 1,8 milhões de euros. -----

--- Numa outra área de intervenção, mas também no âmbito de um projeto europeu, vamos instalar estações meteorológicas virtuais, inserido no projeto e-Rigation. -----

--- Portanto, aqui relativamente a esta questão da Proteção Civil Intermunicipal e ligado às alterações climáticas e ao ambiente, são muitos os projetos que a CIM tem vindo a desenvolver.

--- A CIM também, desde há dois anos a esta parte, tem sido organismo intermédio, ou recetor de projetos ligados à questão da RecolhaBio, dos biorresíduos, e, portanto, é uma verba do Fundo Ambiental que é distribuída a cada uma das câmaras e a CIM é organismo intermédio.--

Assembleia Intermunicipal

- O que nós procuramos relativamente a isto, é obviamente fazer o alinhamento de todos os projetos com a Associação de Municípios do Planalto Beirão, e, portanto, é decisivo. -----
- A missão da questão do tratamento dos resíduos está no Planalto Beirão, a CIM tem esta fonte de financiamento, mas entendemos que todos os projetos devem ser alinhados com o Planalto Beirão, no sentido de haver uma uniformidade dos projetos e não andarmos aqui, a Comunidade Intermunicipal e os Municípios a fazer qualquer coisa completamente desalinhada daquilo que é a estratégia do Planalto Beirão.-----
- A questão, também, dos projetos ligados à economia circular, os projetos europeus que nós temos ligados à questão do StopWaste, um projeto Interreg Europe, de que a CIM é chefe de fila, que tem muito a ver com a questão, em que o foco deixa de estar no tratamento, mas o foco começa a estar na redução na produção de resíduos. E são estas boas práticas que também que nós temos vindo a conhecer com outros parceiros europeus.-----
- O projeto de empreendedorismo nas escolas, continua a ser implementados nas nossas escolas, mas não só, pois, neste momento, estamos num processo de espaços de coworking, temos um espaço de coworking em Castro Daire, outro em Vila Nova de Paiva, que foram construídos, dinamizados pela CIM, ao abrigo do PRR, mas temos vários espaços de coworking, que até foram criados no período de vidência do anterior Governo.-----
- O que pretendemos agora é ver aqui esta gestão dos espaços do coworking em rede, no sentido de haver escala, haver complementaridade, haver partilha de serviços, haver consultoria e capacitação aos empreendedores. Um dos projetos que queremos desenvolver em dois mil e vinte e cinco, com a Associação Empresarial de Viseu, é exatamente fazer esta gestão em rede, de todos estes espaços de coworking, num projeto que temos que é o Invest Viseu Dão Lafões, com a Associação Empresarial, nomeadamente com uma competência que a CIM tem, que foi delegada, que é a questão da captação de investimento, em que temos que alinhar essa captação do investimento com a AICEP, porque tivemos também exatamente essa competência e temos um plano de ação relacionado com isso.-----
- Dois projetos importantes e novos, em dois mil e vinte e cinco, tem a ver com projetos ligados à inovação social. São as parcerias para a inovação social, em que a CIM se colocou do lado do investidor social.-----
- O investimento é privado, são de associações. A CIM coloca os quinze por cento, mas são dinamizados projetos ligados à área social, e desde logo a questão de um projeto ligado à capacitação das associações do terceiro setor da nossa região, capacitação também nas várias áreas, não só dos cuidadores, mas também da área da gestão e depois também a criação de

incubadoras da área social. E este projeto de espaços de coworking é porque nós queremos também meter incubadoras de empreendedorismo social em cada um destes territórios, num projeto que vai iniciar, que vamos apresentá-lo publicamente no início de janeiro de dois mil e vinte e cinco.-----

--- Não vos maço com projetos de Promoção do Sucesso Educativo, o nosso Laboratório Móvel das Ciências, os vários projetos que hoje temos nas nossas escolas, sempre alinhados com as direções de agrupamentos, com os vereadores de educação, desde projetos de literacia ambiental, da literacia financeira, projetos ligados à robótica, às ciências experimentais, ligados à questão da identidade alimentar, ligado também à questão do Comer Bem, Crescer Feliz, um projeto muito importante que estamos a desenvolver. -----

--- Deixem-me só falar deste que tem a ver com o Descobre e Aprende Viseu Dão Lafões, onde os alunos circulam pelo território. Está identificado no nosso site do Valoriza-te, exatamente, as visitas de estudo que estão alinhadas com os conteúdos programáticos das disciplinas e, portanto, o professor tem um guião, tem a visita de estudo toda organizada, a CIM trata dos transportes desses alunos e, portanto, os alunos vão de Vila Nova de Paiva visitar o Balneário Romano a São Pedro do Sul, vão visitar o Museu do Automóvel, vão ao Grão Vasco, vão visitar o Parque Arbutus do Demo a Vila Nova de Paiva. O que é que isto dá? -----

--- Dá para os alunos da região conhecerem o seu território, para criarem um sentimento de pertença, uma identidade territorial e conhecerem os recursos de cada um dos territórios e mais, visitam também as empresas da nossa região. -----

--- Portanto, um aluno ir visitar a Citroen ou um aluno ir visitar uma unidade fabril é sempre importante. Esta questão do Descobre e Aprende, que foi um projeto que lançámos no ano passado.-----

--- No que concerne a projetos ligados à coesão social, e aqui uma área que também estamos a trabalhar, tem a ver com os migrantes, e, portanto, ligado à questão da comunidade migrante, também aqui conseguimos alinhar o nosso território e apresentámos uma candidatura intermunicipal ao FAMI, um projeto que alinhámos com os nossos municípios, alinhámos com o Centro Distrital de Segurança Social, alinhámos com o Instituto de Emprego e alinhámos também com a Unidade Local de Saúde. E em boa hora o fizemos, porque, dou um exemplo, quando estivemos reunidos com o Instituto de Emprego, estávamos a pensar desenvolver ações de formação e de capacitação com o Instituto de Emprego, hoje já estava a desenvolver, portanto, esta questão do alinhamento e da complementaridade em envolver todos nos projetos é sempre muito importante.-----

Assembleia Intermunicipal



--- Como sabem a CIM é Autoridade de Transportes, sendo que nós vamos começar a gerir, estamos num projeto de transição do período de transportes, veio o visto do Tribunal de Contas, sendo que este período de transição termina a um de abril e, portanto, a partir de um de abril estamos em condições de ter o novo operador de transportes, falta aqui tomarmos a decisão se vale a pena lançá-lo a meio de um ano escolar ou se esperamos mais dois meses pelo fim do período escolar e iniciamos num processo a quinze de junho com o novo operador, temos dois meses de teste, até setembro, para o novo operador. -----

--- E o projeto IR e VIR, já é de todos conhecido, isto é um projeto de sucesso absoluto, para os Senhores Deputados terem uma ideia, entre quinze de junho e quinze de setembro, onde reduzimos a oferta pública de transporte de passageiros, porque começam as férias escolares, nós transportámos, em média, mais de cento e cinquenta passageiros por dia, a mobilizar mais de cinquenta táxis e não temos, neste momento, o Município de Viseu, o qual vai entrar proximamente, mas ainda não o temos, portanto, hoje, cada vez mais, este projeto assume-se como um verdadeiro projeto de coesão social, de coesão territorial, da qualidade de vida das pessoas que residem aqui no território, e por isso, no espaço de dois meses, foi considerado uma boa prática europeia, pelo Programa Interreg Europe e pelo Programa Urbact, inclusivamente a CIM vai participar na implementação deste projeto, numa região grega, que nos pediu e vamos lá fazer a implementação deste projeto do transporte flexível. -----

--- A nossa rede ciclável, que implementámos em junho, a rede BORA, mais um projeto europeu ligado à mobilidade e às cidades dos quinze minutos. -----

--- O processo todo de contratualização da CIM, da análise de candidaturas, que já é também conhecido. -----

--- A nossa Revista Beira Alta, vamos fazer a apresentação do novo número da revista na próxima quarta-feira, em Castro Daire. É lá porque tem um conjunto de artigos relacionados com a questão da transumância e, portanto, a Senhora Diretora, Dra. Fátima Eusébio, pediu para a apresentação ser na Vila de Castro Daire. Este é outro trabalho que depois da universalidade e da sua passagem para a Comunidade Intermunicipal, deste espólio e deste grande ativo imaterial, a Comunidade Intermunicipal tem vindo, juntamente com a Dra. Fátima Eusébio, a não se perder esta grande identidade e marca imaterial do nosso território e da nossa região. -

--- E, portanto, depois enunciar, *en passant*, os vários projetos que a CIM tem vindo a desenvolver e que vai continuar a desenvolver no ano de dois mil e vinte e cinco, chegamos a um orçamento de cerca de quase vinte e dois milhões de euros, mas muito, obviamente, alavancado naquilo que é a área dos transportes, portanto, temos um valor muito elevado nos

Assembleia Intermunicipal



transportes, pela gestão que é hoje dos transportes, daquilo que representa e o défice, obviamente, que hoje também tem, é sabido, a operação é uma operação que entre aquilo que é o custo da operação menos a receita de passes e a receita tarifária, tem défice, e, portanto, relativamente a esse défice também que ser coberto através do Fundo Ambiental, nas verbas que é possível e também através, obviamente, de um Acordo de Financiamento que a CIM tem com os municípios” . -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Mário Pereira**, cuja intervenção se transcreve: “Uma das questões tem a ver com os Percursos Pedestres e com a questão da Ecopista do Vouga, nomeadamente, que é o problema da manutenção. Quando pensamos numa rede de Percursos Pedestres, temos de pensar na manutenção deles, só manter a Ecopista do Vouga, pelo menos no concelho de Oliveira de Frades, já é uma coisa complicada, além de que alguns troços para limpeza, tem alturas do ano em que é bem complicada. Na Linha do Dão a erva cresce menos, mas aqui na Linha do Vouga, há zonas aqui no vale de Lafões, a câmara corta hoje, passado um mês as silvas atravessam a linha por cima. Tem de facto um crescimento. E muitos percursos pedestres que vão abrindo, são depois muito pouco utilizáveis e acho que também, se calhar, vale mais pensarmos bem essa rede, do que irmos alargando sucessivamente.-----

--- Uma outra questão tem que ver, e o grande sucesso do IR e VIR, que eu reconheço, e, obviamente, é uma coisa que eu tenho algum contentamento por ter, no fundo, contribuído para o desenvolvimento de alguma dessa ideia, mas uma das coisas que quando nós estamos aqui a falar do enoturismo, nos hotéis nas nossas localidades, eu penso que faltava, eu já sugeri isto na Assembleia Municipal de Oliveira de Frades, mas lá não me ouviram, mas já vou dar a ideia aqui a quem a quiser, e passa porquê, eu acho que devia haver aí um programa de apoio aos pequenos comerciantes que resistem nas micro aldeias, e isto era uma questão extremamente importante e pagar alguma coisa a uma pessoa para manter um pequeno café, uma pequena mercearia numa aldeia, nem que seja só durante as tardes, ou ao sábado à tarde, ao domingo, nem que seja num horário muito reduzido, pagar uma coisa destas, nem que fosse quinhentos euros por mês, só para ter a tasca aberta ou o café aberto, era um investimento extremamente rentável, porque, em muitas aldeias, esses locais continuam a ser centros de convívio e centros de apoio para a terceira idade e em muitos casos seriam até importantes para o turismo, porque uma pessoa andar aí a fazer um percurso pedestre, depois quer beber uma cerveja e não encontra sítio nenhum aberto, também não é assim uma coisa muito agradável.

--- Sobre o fogo controlado, o que eu tenho a dizer é assim, nós temos mais especialistas do que fogueiras e eu tenho pena disso, porque de facto, eu já tenho encontrado pessoas que fizeram

o curso e quando pergunto quantas fogueiras vocês já fizeram, respondem que nenhuma, e estamos a gastar ainda assim milhões de euros para os sapadores andarem a roçar a floresta, que em algumas situações se podia fazer com o fogo controlado, de uma forma muito mais simples e muito mais barato.-----

--- De facto, temos cinquenta especialistas, mas eu ando por aqui muito e nunca vejo fumo, no inverno agora, mesmo nestes dias que são muito bons para fazer fogueiras, não vejo, e eu penso que é pena, outras pessoas com quem eu falo, dizem que isto é muito difícil, mas para isso vocês são engenheiros, para isso vocês fizeram o curso, eu isso não sei, mas tenho pena que isso não se faça, porque de facto era uma das formas, relativamente simples e barata, de se fazer alguma prevenção florestal. E de facto, temos muitos técnicos, e temos muitos técnicos formados, é pena que não se faça. Estas coisas é que me custam. Depois eu costumo dizer que Portugal é um país de especialistas em tragédias acontecidas, somos todos muito bons a comentar o que aconteceu, até temos comentadores para a guerra da Ucrânia, guerra da Síria, toda a gente sabe de tudo, só o raio dos nossos problemas a gente não os consegue resolver, nem antecipar” .----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Rui Santos**, cuja intervenção se transcreve: “Em primeiro lugar deixem-me fazer uma correção que eu só me lembrei no caminho, que tinha dito aqui uma asneira, quando falei na falência do Goldman Sachs em vez de falar no Lehman Brothers. O Goldman Sachs deu à falência por outra via, fazendo uns negócios estranhos, jogando para um lado e para o outro, para ajudar, inclusive, a provocar a crise.-----

--- Quanto à questão do Plano e Orçamento, em primeiro lugar, para além de uma relação desde pequenino que tive, já vem em sete anos de relação com o nosso Secretário Executivo, na Comunidade Intermunicipal e, portanto, nós estamos perante um orçamento, podemos discutir algumas opções, mas estamos perante um Orçamento e Plano bem elaborado, bem apresentado e, portanto, eu quero cumprimentar o Senhor Secretário Executivo por o fazer, e também cumprimento o Conselho Intermunicipal que aprovou a proposta que o Senhor Secretário Executivo lhe apresentou, como também é normal numa instituição destas e, portanto, nós temos uma questão, esperemos que se concretize numa série de coisas, por isso apenas tenho de reconhecer o mérito de quem trabalhou para fazer isto, que aliás eu conheço há bastante tempo.-----

--- Só tinha aqui duas pequenas notas. Uma delas tem a ver com a questão do ambiente, com os incêndios, com a conservação da floresta e com as queimas e queimadas. Não me vou referir ao problema do fogo controlado, que o nosso Deputado Mário já falou, mas eu queria dizer que é bom pensarem se neste momento não há uma restrição excessiva em relação às queimas. É

Assembleia Intermunicipal

evidente que o risco de incêndio é uma coisa que temos de ter todos presentes na altura e, com os aumentos das temperaturas pior, o que acontece é que nós neste momento estamos a levantar tantos obstáculos à realização de queimas, de pequenas queimas, que eu, se por exemplo, juntar um monte de folhas do meu jardim, que apanho nesta altura, e o queimar, corro o risco, se não andar a cumprir não sei quantas formalidades, dentro de um espaço no maio urbano, eu corro o risco de sofrer uma coima, e há coisas de exploração florestal, nomeadamente os pequenos produtores, que estão para além da questão da conservação fitossanitária, que aí é possível fazer, desde que se comuniquem, que têm que ser consideradas porque se forem feitas na altura adequada e com as condições de tempo adequadas, ajudam a minimizar o problema dos incêndios depois.-----

--- E, neste momento, eu julgo que nalguns casos há preocupação excessiva, enquanto em outros não há preocupação suficiente. A CIM tem nisto uma tarefa, que é, no final ser meio peixe, meio carne, na medida em que até tem competências específicas na proteção, mas depois também não tem grandes meios para intervir, em termos pessoais, mas, às vezes eu quero saber se o meu Presidente da Junta não estiver à mão para me dar autorização para fazer a queima, eu antigamente fazia isso no ICNF, no site, agora não consigo, e, portanto, nem consigo autorização e nesta altura o dia que está bom para queimar, no dia a seguir já pode não estar. É que ainda por cima quando caem umas pingas e molha as folhas, elas nunca mais ardem, e como em algumas outras coisas. Se calhar é preciso pensar bem se se equilibra este nível de exigência ou não, a bem da própria conservação. -----

--- A outra das questões que eu tinha aqui, isto é mais concreto em termos de orçamento, eu sei que pela regra, obviamente, que a CIM não orçamenta aquilo que não tem, ou não pode até orçamentar, aquilo que não tem previsto, mas isto é um mero pedido de explicação e acho que é uma questão de explicitação, nem é tanto de explicação. -----

--- Nós temos orçamentado para dois mil e vinte e cinco, em termos de transferências, receitas, eu estou a falar aqui é nas receitas, e depois na questão da despesa acontece isso um pouco, independentemente da questão dos transportes, que é de facto um montante que eu julgo que deve andar entre os sete e oito milhões, por ano, de despesa e, portanto, tem de haver receita, que vem de vários lados, inclusivamente dos municípios, nós temos para dois mil e vinte e cinco, dezanove milhões e setenta e dois mil e quatro euros, eu estou a olhar aqui para o mapa, mas para dois mil e vinte seis, só temos dez milhões, trezentos e sessenta e sete mil, trezentos e dez, ora bem, já sabemos que aqui continuou a importância anual da mobilidade e transportes, e

que ficam lá oito milhões e, é evidente que a CIM não pode orçamentar para dois mil e vinte e seis, aquilo que não tem, neste momento, alguma segurança que vai ser como receita. -----

--- Mas, que projetos é que estão a acabar, que têm neste momento financiamento? Obviamente são esses que estão aqui orçamentados para dois mil e vinte e cinco, os projetos principais e que depois, como ainda não há projetos aprovados que possam equivaler a isso para dois mil e vinte e seis, não aparecem aqui. É só uma questão de maior explicitação em relação a isto". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **João Tiago Henriques**, cuja intervenção se transcreve: "Cumprimentar o Conselho Executivo pelo orçamento que nos apresenta e o Secretário Executivo, neste caso também, mais uma vez um trabalho de grande qualidade e a minha intervenção é muito simples e prende-se com o facto de realmente pôr a tónica de que as Comunidades Intermunicipais servem para fazer juntos aquilo que nós não sabemos tão bem fazer separados. -----

--- É o caso dos transportes, ganhámos escala, conseguimos fazer minorar um problema, porque era um problema dos recursos nem sequer serem muitas vezes respondidos ou cumpridos, pela manifesta falta de interesse económica da parte dos privados, muitas vezes, ou então por preços exorbitantes, juntos conseguimos minorar um problema e arranjar uma solução. -----

--- Batemos sempre no mesmo problema, que se queremos almejar mais, não pudemos ter um orçamento de vinte milhões de euros para resolver mais problemas às pessoas e por isso isto é uma questão filosófica, uma questão política, uma questão geral. Cabe, não sei, a todos nós, mas sobretudo aos poderes centrais, perceber que aquilo que se fez bem nos transportes, pode-se fazer em outras áreas e isto bate sempre num problema difícil que é a descentralização de competências, descentralização de poder e descentralização de dinheiro e, se ao longo destes cinquenta anos de democracia, as autarquias locais conseguiram provar que fazem realmente mais com menos, as CIM's também, nos últimos vinte anos, ou quinze anos, têm também provado que conseguem fazer mais com menos e, por isso, compete a todos nós que aqui estamos, membros de vários partidos políticos e de vários setores da sociedade civil, pugnar para que sejam atribuídas mais competências às CIM's, para que tenhamos um orçamento que permita fazer coisas pelas pessoas, porque já não pudemos fazer mais com isto. -----

--- Quando um terço do nosso orçamento é transportes, ou mais, não é verdade, e no caso de vinte e seis, que não temos ainda, porque não é possível números mais fidedignos, esse valor aí se calhar ultrapassa os cinquenta por cento, quer dizer que temos de reinventar ou prosseguir neste modelo, ou então, perceber que falta nos dar esse grande passo, esse passo para tornar

Assembleia Intermunicipal

realmente a CIM numa autarquia mais intermédia, não é, não sei se tem a escala suficiente para, aqueles que acreditavam na regionalização, puder ter regiões realmente fortes, mas muitos dos nossos problemas, com as alterações climáticas, com os desafios digitais, com a desmaterialização da economia, vão ser prementes ter resoluções regionais, os municípios por si só não vão dar resposta aos problemas do presente, já não dão, e por isso é que existem as CIM's, mas no futuro muito menos. -----

--- Basta acompanhar a tendência da economia hoje, para perceber que temos de ter aqui uma coisa um bocadinho diferente, em que partilhamos o risco e partilhamos os proveitos. Foi o que aconteceu com os transportes, partilhámos o risco e agora partilhamos os proveitos. Depois temos soluções mitigadoras no meio, como o IR e VIR, que conseguem entre as brechas do grande projeto ir resolvendo, mas isto só é possível porque existe uma Comunidade, porque cada um por si só, por muito grande que seja, não consegue resolver esses problemas, ou seja, temos que exigir mais, nós, as CIM's, principalmente as CIM's da Região Centro, que têm receitas próprias muito inferiores a outras, se calhar este problema não se põe nas Áreas Metropolitanas, se calhar não se põe na CIM do Cávado ou do Ave, que estamos a falar de várias centenas de milhares de pessoas, a mais do que a nossa, mas se nós queremos continuar a ter razão de existir, temos de ter mais competências, mais força perante o Governo central para que tenhamos essas competências de outra ordem, provavelmente mais competências ambientais, provavelmente mais competências na gestão de recursos partilhados, porque já provámos que este modelo funciona, mas como muitas vezes acontece nas empresas, *up or out*, e neste momento começamos a ter que discutir o *up or out* dos próximos cinco ou dez anos". -

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: "Dar aqui algumas notas às questões que foram colocadas. A questão dos percursos pedestres e da manutenção, de facto, é um problema e é um problema cada vez maior em função das alterações climáticas, porque, vou dar um exemplo, nós quando começamos a gerir a Ecopista do Dão, foi inaugurada em dois mil e onze, e é a CIM que faz a gestão e a manutenção da Ecopista do Dão, sendo que na Ecopista do Vouga não é assim antes, o que é que acontecia, o grande problema que tínhamos na altura, há dez anos atrás na gestão da ecopista, era entre abril e maio, é quando temos a humidade, quando chove, vem sol, e a gente cortava e passado uns dias parecia combustível que aquilo estava outra vez muito crescido, e cortávamos em junho, ou em maio, e não cortávamos nem em junho, julho, agosto ou setembro, porque o calor mantinha-se e não precisávamos de fazer nenhum corte. Nós, este ano, em agosto, ou julho cortámos três ou quatro vezes a ecopista, os infestantes, porque chove em julho, chove em

Assembleia Intermunicipal

agosto e, portanto, não está o tempo seco para aquilo não crescer e a mesma coisa se passa no inverno, é exatamente igual. Agora estamos em dezembro e estamos a fazer um corte à ecopista, porque a ecopista, soubemos como é que foi o mês de novembro, e cresceu. -----

--- Mas há uma questão que também é importante, e eu digo isto muitas vezes aos Presidentes, nas reuniões, as ecopistas também não são um jardim público, nós vamos lá fora, às redes europeias e a gente às vezes até se assusta, às vezes dizemos assim, se tivéssemos isto cá no nosso território eram críticas todos os dias e a toda a hora. Por exemplo, nas Ecopistas Dão e Vouga, temos quase vedação em todo o lado, há um declive e temos uma vedação em madeira, lá passam milhares de turistas todos os dias e temos declives que a gente até se assusta. -----

--- Temos de encontrar aqui um meio termo, mas é uma dificuldade, uma dificuldade porque não há pessoas para fazerem esse trabalho. Nós antes tínhamos empresas que faziam esse trabalho, tivemos muitas vezes de rescindir contrato com elas, porque elas não conseguiam ter pessoas para fazer esse corte, às vezes começavam em Viseu, ou começavam em Santa Comba Dão, encontravam-se no meio em Tondela, demoravam dois meses, quando estavam a sair de Viseu, a erva já estava a crescer do outro lado. -----

--- Isto para dizer o quê? De facto, a questão dos percursos pedestres é exatamente isso. Na Ecopista do Vouga é da responsabilidade de cada um dos municípios a manutenção, foi acordado com cada uma das câmaras municipais. Vouzela já tinha um troço, São Pedro do Sul também já tinha um troço, tinha essa questão já estabilizada naquilo que era o corte de infestantes, continuámos assim. -----

--- O que é que a CIM faz relativamente a isso? Faz o processo de fiscalização. -----

--- O que é que é a fiscalização? A CIM tem um concurso com uma empresa que faz as Ecopistas do Dão e do Vouga e tem um relatório para entregar à Comunidade Intermunicipal, que é um relatório que tem de ser georreferenciado e que diz assim, é preciso cortar nestes sítios, há uma árvore que está seca e que pode cair ou que tombou, é preciso retirá-la, os caixotes do lixo estão danificados, o pavimento está danificado aqui, é preciso repor, e, portanto, é isso que nós depois também fazemos chegar aos municípios para fazer essas intervenções. -----

--- Nos percursos pedestres é mais difícil, os infestantes ainda é pior, sensibilizamos sobre isso os municípios, mas nós também sabemos, que do ponto de vista, muitas vezes financeiro e do ponto de vista do recrutamento de mão de obra, é muito difícil relativamente a isso, mas o que nós falamos e acho que há muito essa sensibilidade por parte dos municípios, é que um dos principais ativos que hoje nós temos no território, é o turismo de natureza, é o produto composto de turismo de natureza que nós temos, são as Ecopistas do Dão e do Vouga. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Nós temos mil e setecentos quilómetros de circuitos de percursos pedestres, trail e btt, temos mil e setecentos quilómetros que estão sinalizados e que estão homologados nas respetivas federações. Todos esses percursos estão homologados e, portanto, é um grande ativo que nós temos e sabemos que os municípios sabem disso e dentro das suas possibilidades vão fazendo essa manutenção, sabendo que não é, obviamente, porque não há meios para o fazer, nem financeiros, nem humanos, não é com a periodicidade que muitas vezes nós desejávamos e os municípios também desejavam.-----

--- Outra questão, que tem a ver com a questão das queimas e das queimadas. Dou toda a razão ao Senhor Deputado, nós muitas vezes discutimos isto, quem toma as decisões relativamente à questão da proibição das queimas e das queimadas, é a Comunidade Intermunicipal, na sede do Conselho Intermunicipal, ouvindo também o ICNF, ouvindo a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e ouvindo também os catorze gabinetes técnicos florestais das câmaras, portanto, foi tomada uma decisão dos catorze presidentes de câmara, já há muito tempo, que é, se é proibido queimar em Tondela, é também proibido queimar em Viseu, em Santa Comba Dão, em São Pedro do Sul, para não haver um munícipe que venha dizer, mas em Vouzela pode-se queimar e aqui ao lado não se pode queimar, até porque o fogo não tem fronteiras e, portanto o fogo já nos provou que salta de uns territórios para outros e, portanto, agora isto é como tudo na vida, se calhar há um exagero, mas nós não conseguimos prever, é exatamente, não sei se a comparação é boa, mas se calhar até é, às vezes nós andamos a avisar que vamos ter temperaturas muito altas, vamos ter humidade não sei quê, vamos ter a regra dos trinta, trinta, trinta e depois é a tempestade perfeita.-----

--- Quem está a ouvir sabe o que é a tempestade perfeita para poder pegar fogo, mas é como tudo na vida, também se não avisarem, e depois há pessoas que vão para os terrenos e que vão fazer corte com lâmina, ou assim, e a seguir pega fogo, portanto, há um meio termo relativamente a isso.-----

--- Dar nota ao Senhor Deputado que essas questões são discutidas no seio dos gabinetes técnicos florestais, ainda agora nós proibimos as queimas e as queimadas durante um determinado período e agora até fizemos uma avaliação, em setembro, que até estava muito calor para outubro, até prolongámos outra vez até quinze de outubro, mas isto é uma questão que nós não adivinhamos.-----

--- Às vezes se calhar era mais fácil, mas isso também não é prático, que é proibir, a seguir abrir durante uma semana para fazer queimas e queimadas, mas isto é como tudo na vida, não é

Assembleia Intermunicipal

certo, mas concordo, que de facto, às vezes pode ser muito limitador na janela que nós também definimos. -----

--- Outra questão, relativamente ao orçamento, se eu percebi bem a questão, de facto nós temos as fontes de financiamento da CIM que são as quotizações das câmaras municipais, que é muito pouco, vivemos muito na lógica dos projetos, portanto, projetos cofinanciados por fundos comunitários, vivemos do Pacto que também é um fundo comunitário. Com o Pacto, temos o projeto, temos um envelope financeiro, já o podemos, de facto, colocar em termos de receita no orçamento, temos a aspiração de determinado projeto, em que o sinalizamos no orçamento com uma dotação de cinquenta ou de cem, porque temos a expectativa de vir a candidatar esse projeto e de ter o apoio e depois por via de uma alteração orçamental podermos fazer, porque é receita consignada, fazemos alteração e não precisamos de fazer uma revisão orçamental, mas temos de facto um conjunto de projetos que se esgotam no tempo. Há projetos que pensamos terminá-los num ano, por força de reprogramações, por força dos concursos públicos, por força dos concursos ficarem desertos, demoram mais tempo do que nós desejaríamos.-----

--- Nós, por exemplo, este ano temos projetos que é o 5G, os Casos de Uso, que é execução neste ano, temos o Sucesso Educativo, por causa também da questão dos fundos, está este ano, porque não temos o financiamento para o ano de dois mil e vinte e seis. A questão também das Aldeias Serra do Caramulo, são programas financiados no Valorizar, e a rede MEG, do Megalitismo, também temos de os terminar no ano de dois mil e vinte e cinco.-----

--- Portanto, gestão aqui das receitas da CIM são estas, é fundos comunitários, é a quotização dos municípios e são protocolos que a Comunidade Intermunicipal faz com cada um dos municípios, são os chamados acordos de financiamento, para os transportes ou muitas vezes para a contrapartida nacional de determinados projetos portanto, esta questão também é muito volátil e é muitas vezes difícil esta construção deste edifício do orçamento do ponto de vista da receita e, praticamente é quase tudo receitas consignadas, porque são receitas que estão adstritas a determinados projetos”.-----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 35 deputados presentes.-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

Assembleia Intermunicipal



--- **Quanto ao quinto ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no exercício de 2025, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com 34 votos a favor e 1 abstenção. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- **Quanto ao sexto ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual relativo ao procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para implementação de um Centro Interpretativo no âmbito do projeto “MEG: Rota de Megalitismo da Região de Viseu Dão Lafões e Sever do Vouga” (CPub_04/2024), nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e regulamentada através do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 35 deputados presentes. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- **Quanto ao sétimo ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e ratificação, nos termos do artigo 164º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), da autorização da despesa relativa à abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de Serviços para Conceção, Produção, Acompanhamento, Montagem e Desmontagem do Stand da CIM Viseu Dão Lafões para a BTL 2025”, para efeitos do disposto no artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido ratificada por unanimidade, pelos 35 deputados presentes. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- **Quanto ao oitavo ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e ratificação, nos termos do artigo 164º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), da autorização da despesa relativa à abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de Sistema de Monitorização da População Idosa Isolada”, no âmbito da iniciativa de financiamento “TD C19-i01.01 - Desenvolvimento de Casos de Uso com Utilização de 5G” do PRR, para efeitos do disposto no

Assembleia Intermunicipal

artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido ratificada por unanimidade, pelos 35 deputados presentes.-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- **Quanto ao nono ponto da ordem de trabalhos:** Listagem dos compromissos plurianuais assumidos, entre o dia 13 de abril e 15 de novembro de 2024, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

--- Intervenção do Público -----

--- Não se verificou qualquer pedido de intervenção. -----

--- A Senhora Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às dezanove horas e trinta minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pela Presidente da Mesa e pelo Secretário da mesma. -----

Alene Gomes Lindinho

Luís Miguel Figueiredo Duarte